

REVISTA

da

Fundação Jones dos Santos Neves

ANO I – NÚMERO **4** OUTUBRO/DEZEMBRO DE 1978 VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO

ISSN/0100-2295

A administração sob uma perspectiva histórica

Antonio Carlos de Medeiros

O pioneirismo da energia elétrica no Espírito Santo

Gabriel Augusto M. Bittencourt

**Comportamento urbano:
Influências dos veículos de comunicação de massa**

Fernando Lima Sanchotene

A economia capixaba e suas perspectivas

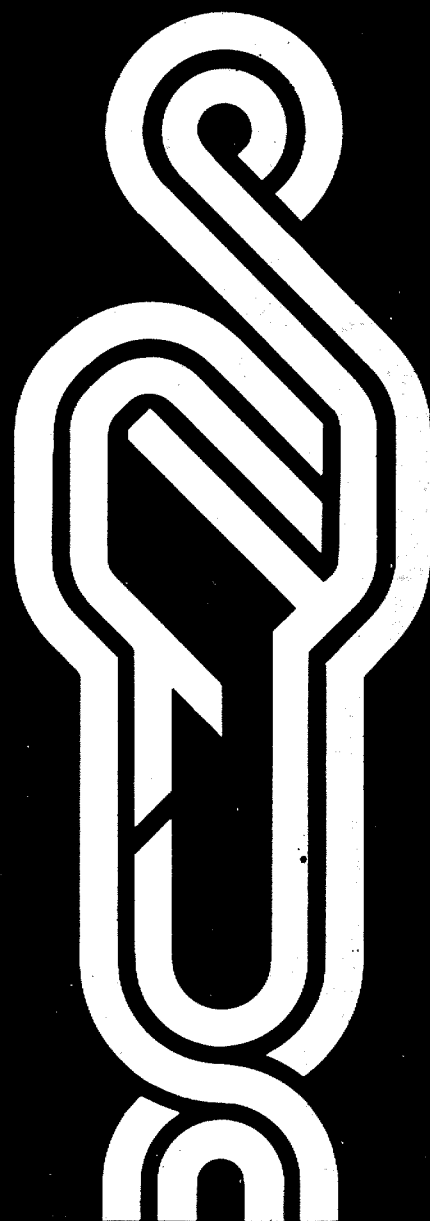
Lélio Rodrigues

Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra

Fundação Jones dos Santos Neves

Keynes e outros clássicos: Uma visão geral

Ademir Gracelli





FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES
órgão do sistema de planejamento do Estado do
Espírito Santo, criada pela Lei Estadual
3 043, de 31 de dezembro de 1975

**O DECRETO DE Nº 831-N, DO GOVERNADOR ÉLCIO ÁLVARES
CONCRETIZOU SEUS OBJETIVOS:**

- *Programar e implementar pesquisas de apoio ao Governo Estadual na elaboração de seus programas de desenvolvimento;*
- *formular diagnósticos, realizar estudos e promover a elaboração de planos e programas de desenvolvimento urbano e regional;*
- *manter um sistema de informações sócio-econômicas na área de sua atuação;*
- *formar recursos humanos voltados para o estudo e a pesquisa aplicados à realidade capixaba.*

IMPLANTAÇÃO E INÍCIO DE FUNCIONAMENTO
31 de agosto de 1976

A Fundação Jones dos Santos Neves já se encontra credenciada junto ao Conselho Federal de Mão-de-Obra, sob nº 0201, o que permite a dedução, em dobro, do lucro tributável de todas as despesas realizadas com os cursos, seminários, simpósios e demais atividades de formação profissional realizadas em convênios com a FJSN.

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO
ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS
SANTOS NEVES

Atribuições básicas da FJSN:

- Planejamento urbano e regional
- Pesquisa aplicada, para subsidiar o planejamento urbano e regional
- Treinamento de recursos humanos para o setor público estadual

DIRETORIA DA FJSN:

Diretor Superintendente
Stélio Dias
Diretor Técnico
Arlindo Villaschi Filho

REVISTA DA FUNDAÇÃO
JONES DOS SANTOS NEVES
ANO 1 - TRIMESTRAL
VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO
- FJSN

CONSELHO EDITORIAL

Stélio Dias
Arlindo Villaschi Filho
Carlos Alberto Feitosa Perim
Antônio Luiz Borjaílte
André T. Abe
Fernando B. Betarello
Roberto da Cunha Penedo
Manoel Vereza de Oliveira
Antônio Carlos de Medeiros

DIRETOR EXECUTIVO

Fernando Sanchotene

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Regina Maria Monteiro

CAPA

Atílio Gomes

COLABORADORES

Michael Otto Bergman
Mário Coelho

REDAÇÃO: Avenida César Hilal, 437
1º andar - Vitória - ES - Telefone:
227-5044

DIAGRAMAÇÃO, COMPOSIÇÃO e
MONTAGEM - Fundação Ceciliano
Abel de Almeida - Campus Universi-
tário de Goiabeiras - Tel.: 227-5164

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

- Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.
- Colaborações, em forma de artigos, ensaios ou resumos bibliográficos, são aceitos se encaminhados ao Diretor Responsável.

CONTATO COMERCIAL

ASSINATURAS:

(anual - Cr\$ 80,00) - no endereço da
redação, com a Secretária Executiva.

REVISTA DA FUNDAÇÃO
JONES DOS SANTOS NEVES

Registrada sob o número 1854 - P.
209/73, na Divisão de Censura e Diver-
sões Públicas do Departamento de Po-
licia Federal de Brasília (DF).

CARTA DO EDITOR

A partir deste número, acreditamos que a Revista da Fundação Jones dos Santos Neves esteja caminhando definitivamente para a sua consolidação. Ganham forma as idéias de seu criador: Cláudio Bueno Rocha. Prestamos aqui nossas homenagens a ele, jornalista considerado pelos que o conheceram como um dos mais completos intelectuais brasileiros e que soube, quando em vida, conquistar admiração e respeito profissionais.

Procuramos seguir o trabalho iniciado por Erildo dos Anjos, profissional competente que tão bem soube materializar as idéias de seu antecessor. Tivemos a difícil tarefa de procurar aperfeiçoar o que já havia sido começado: dar bases mais amplas para o Planejamento Urbano. Promover o debate em torno da problemática urbana e regional, objetivo decorrente da necessidade de se pensar o Espírito Santo devidamente integrado ao processo de desenvolvimento da região sudeste.

Reservamos para esse número um estudo elaborado por Antonio Carlos Medeiros, preocupado em mostrar uma postura relativamente nova de encarar a Administração. Deixa de lado as Escolas do Pensamento Administrativo para afirmar que a Administração, antes de tudo, é burocracia.

Ademir Gracielli faz uma reflexão sobre Keynes e os clássicos, mostrando como alguns sistemas capitalistas estão hoje incorporando a Teoria Geral de Keynes.

E o pioneirismo da energia elétrica no Espírito Santo é narrado por Gabriel Augusto de Mello Bittencourt. O autor coloca aqui como foram os primeiros passos que introduziram a energia elétrica neste Estado.

Transcrevemos, ainda, palestra proferida em Vitória por Lélío Rodrigues, consultor do IPEA, durante a Semana de Economia, abordando: "A Economia Capixaba e suas Perspectivas.

Da Fundação Jones dos Santos Neves o Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra. Esse estudo se constitui na primeira tentativa de estabelecer um processo de interação entre a realidade urbana local e as idéias dos técnicos que o elaboraram.

Finalmente, de nossa parte, um trabalho sobre os efeitos dos veículos de comunicação de massa sobre o comportamento urbano. As experiências em torno das normas sociais adquiridas por esses meios nortearam esse estudo.

Consideramos assim apresentadas as questões e propomos a abertura do debate.

FLS

ÍNDICE

ANTONIO CARLOS DE MEDEIROS A administração sob uma perspectiva histórica . . . 4	LÉLIO RODRIGUES A economia capixaba e suas perspectivas 16
GABRIEL AUGUSTO M. BITTENCOURT O pioneirismo da energia elétrica no Esp. Santo. . . 9	FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra . . . 18 Os caminhos da consolidação. 34
FERNANDO LIMA SANCHOTENE Comportamento urbano: Influências dos veí- culos de comunicação de massa 11	ADEMIR GRACELLI Keynes e outros clássicos: Uma visão geral 26 STÉLIO DIAS Resenha: A sociedade multi-dimensional 33

REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

ISS/0100-2295

VITÓRIA, ES

Nº 4

OUT/DEZ. 1978

A administração sob uma perspectiva histórica

Antonio Carlos de Medeiros *

Notas sobre as origens e o papel legitimador da Administração, enquanto organização formal burocrática

O presente ensaio tem a pretensão de fazer colocações preliminares sobre uma postura relativamente nova de estudar e entender a Administração. Resultante de reflexões levadas a efeito no último ano, ele peca, ainda, pela falta de rigor e de comprovação empírica não eliminam, entretanto, a sua validade, na medida em que se tem a pretensão primordial de colocar a idéia central em debate. Ou seja, a intenção é disseminar debates neste campo, a fim de que se possa encontrar formas de estudar e entender a Administração que saiam dos lugares comuns ocupados pelas famosas Escolas do Pensamento Administrativo e pela postura que encara a Administração como uma mera técnica de gestão, desprovida de conteúdo político-social.

A linha central de raciocínio é, até certo ponto, inspirada na tese "Burocracia e Ideologia", do professor Maurício Tragtemberg da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Esta tese foi publicada em livro pela Editora Ática (ver as referências bibliográficas no final do ensaio) e insere-se, ideologicamente, dentro da chamada "corrente não-gerencial da Administração". Ou seja, insere-se na corrente que tenta estudar a Administração sob a perspectiva do método histórico-dialético, deixando de tratar apenas das Escolas de Pensamento Administrativo para perceber e mostrar que, antes de tu-

do, o estudo da Administração é a análise da legitimação burocrática do poder público ou privado.

Antes de tudo, a Teoria da Administração, e a própria Administração devem ser "desnudadas" para que se possa perceber o seu caráter repressivo e a sua ênfase na adaptação e no controle do homem em relação à organização e à sociedade. Numa só palavra: a Administração é um problema de dominação social, entendendo-se a dominação no sentido weberiano, como um tipo especial de poder onde os dominantes acreditam que tem o direito de exercício do poder e os dominados consideram que o seu dever é obedecer às ordens daqueles.

Nas relações de dominação, se encontra sempre um certo número de crenças que legitimam o exercício do poder, tanto sob o ponto de vista dos governantes, quanto sob a égide dos governados. Tais crenças sobre a legitimidade do poder são muito importantes e determinam a relativa estabilidade dos sistemas de dominação.

A dominação, quando se exerce principalmente sobre um extenso número de pessoas, exige uma organização administrativa que execute as ordens e sirva de ponte entre governantes e governados.

No caso da Dominação Legal, onde a crença no acerto das leis é o princípio legitimador que a sustenta, a organização adminis-

trativa típica se chama burocracia. Tendo tal dominação, quanto o aparato administrativo que a legitima — a burocracia — são frutos do advento do modo de produção capitalista.

O diagrama I tenta ilustrar como se pode tratar a Administração sob uma perspectiva histórica, adotando o método histórico-dialético.

O ensaio consiste, exatamente, no desenvolvimento de alguns componentes dele, na intenção de mostrar que a Administração acompanha as transformações históricas e se transforma para ajustar-se às necessidades que vão emergindo ao longo do tempo, exercendo o seu papel preponderante de legitimar o "status quo" — seja este "status" feudal, capitalista ou socialista.

O que se tenta mostrar (adotando-se, para aumentar o poder explicativo do trabalho, as fases da história prescritas por Marx) é o fato de que a Administração existe desde os primórdios. Numa primeira fase, mais ou menos até o feudalismo, ela subsiste como "fato administrativo", como um arcabouço assistemático e intuitivo. Numa segunda fase, a partir do advento do capitalismo ela torna-se mais sistematizada para atender à racionalidade exigida pela produção e reprodução da ordem capitalista. Torna-se, inclusive, então, uma "ciência".

*Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e Técnico da Fundação Jones, dos Santos Neves

Há que se registrar, a nível ainda das presentes considerações iniciais, que este ensaio deve ser encarado como um trabalho exploratório e sistematizador de afirmativas e linhas de pensamento estritamente preliminares. Ele apresenta-se, sem falsa modéstia, cheio de falhas. Inclusive pelas nossas próprias incertezas e contradições teóricas.

Análise histórico-dialética

Segundo Maurício Tragtemberg, "a origem da Administração, enquanto organização formal burocrática, localiza-se no Estado, antecedendo de séculos ao seu surgimento na área da empresa privada"¹.

Com isso, questiona-se os estudos que localizavam na Revolução Industrial e no racionalismo de Descartes — portanto, mais ou menos no século XIX — as origens da Administração.

Na verdade, tais origens remontam há aproximadamente, 2000 anos A.C., nas localidades que "adotaram" o chamado Modo de Produção Asiática.

Esse modo de produção surge na sociedade quando aparece o excedente econômico, que determina uma maior divisão do trabalho, separando mais rapidamente agricultura e artesanato e reforçando a economia natural e não lucrativa. A economia se sobrepõe o poder representativo do chefe supremo ou uma assembléia de

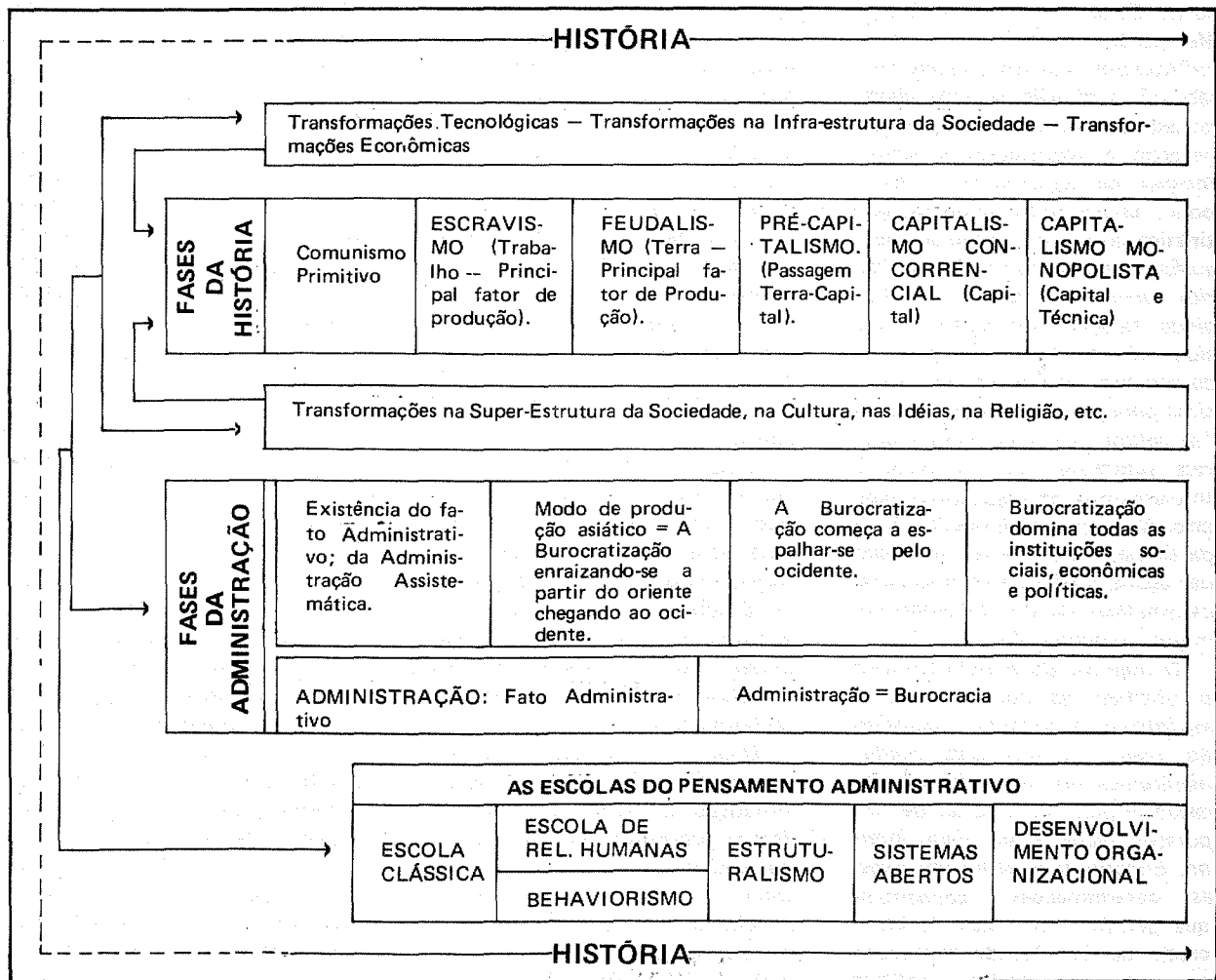
chefes de família. Dá-se apropriação do excedente econômico por uma minoria de indivíduos.

Tragtemberg define este modo de produção da seguinte forma:

"A necessidade de cooperação simples, onde a máquina tem papel secundário e a divisão do trabalho é incidente para a realização de obras que sobrepõem as comunidades, vai requerer uma direção centralizada para coordenar os seus efeitos. Na medida em que isso se dá, unido a eficiência do trabalho, é possível a transformação do sentido funcional da autoridade superior em instrumento de exploração das comunidades subordinadas, quando se dá a apropriação da terra pelo Estado, que mantém a propriedade comunal. O indivíduo continua na

DIAGRAMA I

A ADMINISTRAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA



posse da terra como membro de sua comunidade particular.

Assim, a cultura de irrigação junto com a horticultura e a irrigação pelos grandes rios, criam a necessidade de supervisão centralizada que irá recrutar mão de obra relativamente ampla.

A sorte dos judeus no Egito está ligada a esse processo; são recrutados à força para as expedições dos reis assíricos e babilônicos que, com seus sequitos, procuram reunir mão de obra para construção de canais e cultivo das zonas desérticas. Nesse sentido, a via fluvial do Nilo desempenhou papel de vital importância na centralização burocrática, atuando como fator decisivo na transformação de uma hierarquia de clientes subordinada diretamente ao Estado patrimonial burocrático.

O controle de água em grande escala é dirigido pelo Estado e seu caráter centralizado e despótico no Egito, repetia-se na Antiga Mesopotâmia e na China, onde os cultivadores passivos e ignaros estão sob a direção de uma classe letrada de funcionários que planejavam e executavam o plano. Incapaz de organizar-se, o camponês chinês sofre a dominação tirânica do Estado, reforçada pela ausência ainda maior dos senhores territoriais, que apesar dela ainda existiam no Egito, tendo sido substituídos pela burocracia construtora de canais, de depósitos para armamento de tributos "in natura", de onde os funcionários retiravam suas congruas e emolumentos, abastecendo o Exército. No início da época histórica da China, dar-se-á a regularização das águas, atribuída às qualidades carismáticas de um soberano demíurgo, o grande Yu.

O objetivo do Estado torna-se o objetivo da burocracia, cujo espírito é o segredo mantido no plano interno pela rigidez hierárquica no fluxo de comunicação, e pelo seu caráter de corporação fechada, no plano interno. Encontramos assim em Hegel as determinações conceituais que permitem a análise da burocracia do Estado, da burocracia enquanto poder político

que antecede em séculos a emergência da burocracia determinada pelas condições técnicas da empresa capitalista, oriunda da Revolução Industrial.

O modo de produção asiático engloba todas as sociedades asiáticas como também o México e o Peru.

O modo de produção asiático é, ao mesmo tempo, um modelo histórico e um modelo de história. É histórico, porque existiu no passado histórico das sociedades asiáticas; não tem história porque é impossível precisar a época de seu início e desaparecimento e porque não se deu simultaneamente em todas as sociedades. É um modelo que revela os sistemas econômicos passados dessas sociedades.

O modo de produção asiático para estabelecer-se pressupõe a existência de escassa divisão do trabalho entre campo e cidade, a transição da economia de consumo para a produção do excedente, levando a mais-valia. A existência de um autoridade suprema, (o Estado, para saquear, guerrear e dirigir obras públicas); para tal, o Estado deve ter a propriedade da terra. A burocracia confunde-se com o Estado, é composta por militares, elite intelectual, funcionários públicos.

Para a realização da obras públicas e manter a classe dos funcionários, o Estado extrai, sob forma de impostos, mais-valia de economia de subsistência das aldeias.

O povo cria pelo trabalho; em troca, recebe uma remuneração que representa o conjunto dos seus bens de consumo. A mais-valia, compreende a renda da terra, é apropriada pelo Estado sob a forma de impostos. O Estado então a reparte entre a realização de obras públicas e manutenção da burocracia².

Uma das principais afirmativas de Tragtemberg sobre o modo de produção asiático é a de que as forças produtivas que se acham na base dele se caracterizam por uma maior utilização da força produtiva do trabalho humano do que as forças produtivas dos meios de produção.

"O modo de produção asiático pressupõe uma superexploração da força de trabalho que compensa a subutilização das possibilidades tecnológicas. Isso é possível se a população vive em suas aldeias na forma de comunidade primitiva, pois o sistema de exploração que exerce o Estado não permite a sustentação da força de trabalho, salvo na época em que é utilizada para a construção de canais, edifícios e estradas.

O modo de produção asiático é uma categoria que se define em relação à produção, exprimindo as relações sociais em função das necessidades básicas do desenvolvimento das forças produtivas. Sua lei básica não aparece no nível das técnicas de produção, nem dos imperativos geográficos (irrigação, clima seco), mas ao nível da produção como forma específica de exploração da natureza pelo homem: implica na organização técnica do trabalho, forma de cooperação e autoridade social estruturada hierárquica e monocraticamente³.

O primeiro ponto de origem da Administração localiza-se, portanto, há aproximadamente 2.000 anos A.C., nas localidades que "adotaram o modo de produção asiático e que se caracterizavam pela existência de um Estado patrimonial e organizado burocraticamente.

Este ponto de origem da Administração localiza-se, aproximadamente, numa fase de desenvolvimento histórico sócio-cultural da humanidade que a análise marxista denomina "Escravidão" (ver diagrama I).

É certo que se os estudos levados a efeito sobre o processo civilizatório não permitem situar a evolução da humanidade em etapas lineares, dentro de um "continuum" unilinear onde se possa exprimir o desenvolvimento sócio-cultural pela simples via de ascensão do primitivismo à civilização contemporânea. Segundo Darcy Ribeiro, "não se conta ainda com um esquema global das etapas da evolução sociocultural formulada com base nas contribuições mais recentes da arqueologia, da etnologia e da história, que permi-

ta situar qualquer sociedade, extinta ou atual, dentro do "continuum" do desenvolvimento sócio-cultural"

Entretanto, utilizaremos neste ensaio as etapas da história descritas por Engels e Marx: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

Sabemos que poucos aspectos das teorias marxistas foram tantas vezes revistas por ele próprio ou Engels, e também por outros estudiosos marxistas, do que estas seriações de etapas da evolução das sociedades. Entretanto, as utilizaremos aqui para tentar aumentar o poder explicativo da análise efetuada. O que significa dizer que aceitamos o fato de que a história das sociedades não é um processo linear.

As Etapas da História e a Administração

Conforme tenta mostrar o Diagrama I, a história é uma sequência de atos e fatos aparentemente desordenadas, mas interdependentes entre si. Analisando-a sob a perspectiva de método histórico-dialético, percebe-se que ela conforma-se sob um padrão mais ou menos definido de leis, que podem ser "descobertas". Com efeito, as transformações tecnológicas (forças produtivas geram transformações na infra-estrutura econômica da sociedade (relações de produção) e estas, por sua vez, geram transformações na super-estrutura jurídica e política da sociedade. Ou seja, a existência determina a consciência e, então, se muda a maneira do homem produzir e ganhar a vida, muda sua maneira de pensar.

O que se pretende inferir desta observação é que a Administração acompanha as transformações históricas, como não poderia deixar de ser. Ela é influenciada pelas mudanças econômicas, sociais e políticas. Mais ainda: enquanto organização formal, burocrática, ela acompanha estas transformações para exercer a sua principal função — a função de legitimação da ordem dominante, seja ao nível

organizacional, seja ao nível macro-social.

Retornando às etapas da história, de Marx, vemos que:

a) No Comunismo Primitivo

A economia dos homens primitivos era coletadora e predatória. Supõe-se, de maneira intuitiva e superficial, que nesta época os mais bem dotados fisicamente dominavam os outros. Exercia-se uma espécie de **Chefia Natural**.

Como decorrência da não predominância de um fator de produção e do estágio rudimentar de desenvolvimento das forças produtivas, não se pode vislumbrar padrões definidos de relações de produção e de organização social e política.

É apenas possível afirmar-se que as chefias naturais das hordas e tribos conformavam a existência de líderes e liderados, de hierarquia e autoridade. Portanto, conformavam a existência de certo padrão assistemático de Administração, ou a existência do fato administrativo.

b) No Escravismo

Aqui o desenvolvimento relativo das forças produtivas faz com que predomine uma economia de subsistência.

O trabalho desponta como principal fator de produção e surge nas sociedades orientais, principalmente, o modo de produção asiático.

Num sistema que explora a mão de obra, aparece certa divisão social do trabalho, certas relações específicas de produção que configuram, na maioria dos casos uma super-estrutura cujo traço marcante é o elitismo mistificador e a organização burocrática do aparelho estatal.

Embora ainda assistemática (no máximo apresentando-se como fato administrativo) a Administração tem realmente nesta etapa o seu primeiro ponto de origem. Daí porque afirma-se que ela começa a ter condições para uma ténue sistematização — mais baseada em costumes do que em regras racionais-legais — a partir daí. Daí por

que também afirma-se que a Administração, enquanto significado burocracia, flue do Estado para a empresa privada, do oriente para o ocidente.

c) No Feudalismo

O feudalismo, enquanto etapa da história quase que estritamente ocidental, situa-se, em termos do processo histórico de transformações na Administração, como uma espécie de pré-estréia da burocracia ocidental.

Nele, a terra passa a ser o principal fator de produção e o desenvolvimento das forças produtivas vai determinando o fim da economia de subsistência e o início da economia de excedente — início este que quando ocorre determina a queda do regime feudal.

O clero e a nobreza, detentores do principal fator de produção, são também detentores dos poderes político e militar.

Dividida em feudos, a sociedade hierarquiza as classes sociais clero e nobreza de um lado, servos de outro — e caminha para a consolidação de uma super-estrutura que, embora ainda tendo como paradigma de conformação os costumes e o direito natural, dignifica e ressalta as duas palavras mágicas que espelham a existência de padrões burocrático — hierarquia e autoridade.

d) No Pré-Capitalismo e no Capitalismo

A passagem do feudalismo para o pré-capitalismo, deu-se com o nascimento e a expansão da atividade do comércio, a partir das cruzadas.

O crescimento desta atividade, por sua vez, gera o aparecimento das primeiras cidades-estados, ou seja, gera o aparecimento de um fenômeno que poderemos chamar de urbanização.

Daí em diante, o comércio começa a influenciar o surgimento de um processo de industrialização — artesanal no início — que ressalta a necessidade de capital.

A burguesia (comerciantes no início) ascendente, detentora do capital, começa a medir forças

com os detentores do até então principal fator de produção — os senhores feudais, nobres e santos, donos das terras.

Aus poucos o pacto social vigente vai ruindo e a organização política vai-se modificando.

A Revolução Francesa, a Reforma Protestante e a Revolução Industrial Inglesa, são os eventos que determinarão, por fim, a derrocada do feudalismo e a ascensão do capitalismo.

Mas é a Revolução Industrial que nos interessa mais de perto.

Justamente por caracterizar-se como Revolução, ela determinou transformações profundas na sociedade inglesa, irradiadas depois para outros países como os Estados Unidos e França.

Dialeticamente, o desenvolvimento das forças produtivas determinou novas relações de produção e nova super-estrutura política e jurídica.

O capitalismo concorrencial emergente produz e reproduz novas necessidades para a Administração com a consolidação da propriedade privada dos meios de produção.

Demarca-se aí, então, o segundo ponto de origem da Administração, o ponto mais importante porque é efetivamente a partir daí que ela deixa totalmente a característica de fato administrativo, com traços assistemáticos. É a partir daí que ela torna-se sistematizada, no sentido de que a dinâmica tecnológica exigia sistematização de conhecimentos para a gerência das empresas privadas.

Finalmente, aqui a racionalidade burocrática flue do Estado para a empresa privada. Sim, porque embora a Teoria da Burocracia seja obra do Século XX, Max Weber e seus críticos e seguidores, tal burocracia, tal racionalidade burocrática, é mais antiga, mais permanente. Se a hierarquia e a autoridade, traços mais marcantes do modelo burocrático de organização, existem desde o modo de produção asiático, a conclusão não pode ser outra.

NOTAS CONCLUSIVAS

Recorrendo novamente a Trag-

temberg,⁵ podemos afirmar que a gênese e a estrutura da Administração — e da Teoria Geral da Administração — devem ser procuradas inicialmente no âmbito do Estado. Se ela é hoje teoria e prática explicativa da empresa capitalista e do "coletivismo burocrático"⁶ dos países socialistas, isto não pode deixar de ser feito, sob o risco de incorrer-se no erro de supor que o seu único marco de origem localiza-se na Revolução Industrial.

A Administração surge no Estado e flue para a empresa privada, a partir da consolidação do capitalismo. Até que se chegue ao século atual, onde a expansão da forma monopolista de acumulação do capital e a exacerbação do planejamento central e de "coletivismo burocrático", nos países socialistas, faz com que a forma burocrática de organização predomine em todas as instituições da sociedade, e na própria sociedade, por conseguinte. Isso leva ao domínio da racionalidade burocrática, eliminando, por exemplo, a antiga dicotomia Administração Pública "versus" Administração Privada".

No dizer de Tragtemberg, "com a irrupção da empresa capitalista, a ênfase do processo de burocratização flue do Estado à empresa, no período liberal de desenvolvimento econômico capitalista. A intervenção do Estado na economia enfatizará as relações da empresa com o poder estatal; as formas do "coletivismo burocrático" implicarão na anatomia da burocracia estatal legitimada pelo partido".

Sabendo-se que:

- a) A análise weberiana já indicava que a burocracia era um instrumento de mediação do interesse de dominantes e dominados;
- b) A existência de formas burocráticas de organização pode ser destacada desde o modo de produção asiático;
- c) A burocracia, na medida em que atua como mediadora, legitima a ordem dominante, consolidando o "status quo";

d) As novas formas do capitalismo — monopolista — e do socialismo — coletivismo burocrático — levaram a burocracia a ser, além de instrumento de dominação, fonte de dominação;

e) A Administração, enquanto organização formal burocrática e enquanto sistema de condutas significativas, significa burocracia.

Sabendo-se isso, podemos concluir preliminarmente, quase em tom lógico cartesiano, que a Administração significa Burocracia e tem como papel preponderante a legitimação da ordem vigente, seja esta ordem capitalista ou socialista; seja a nível de empresas privadas, seja a nível da Administração Pública.

O ponto básico de reflexão é o de que, antes de capitalista ou socialista, a ordem vigente se afigura como burocrática.

1. Tragtemberg, Maurício. *Burocracia e ideologia*, São Paulo, Ática, 1974.

2. Tragtemberg, Maurício. op. cit. p. 26/28.

3. Idem Ibid. p. 29

4. Ver RIBEIRO, Darcy. *Processo civilizatório*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

5. Tragtemberg trata deste problema nas conclusões de sua tese.

6. A definição de coletivismo burocrático, termo utilizado por Burno Rizzi, encontra-se em: MOUZELIS, Nicos. *Organización y burocracia*. Barcelona, Ed. Península, 1973. p. 37/38.

7. Tragtemberg, Maurício. op. cit. p. 186.

BIBLIOGRAFIA

1. HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
2. MOUZELIS, Nicos P. *Organización y Burocracia*. Barcelona, Espanha, Ediciones Península, 1973.
3. PEREIRA, Luzi Carlos Bresser. *Tecnoburocracia e contestação*. Petropolis, Vozes, 1972
4. RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975
5. TRAGTEMBERG, Msurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1974.

O pioneirismo da energia elétrica no Espírito Santo*

Gabriel Augusto M. Bittencourt**

Relato de uma época decisiva para a eletrificação do Estado.

Ao iniciar a República, o Espírito Santo apresentava um quadro geral muito aquém dos estados que o cercavam. Embora se verificasse um certo desenvolvimento nas últimas décadas da fase Imperial, o desequilíbrio histórico pesava muito na balança a despeito da emergente cultura do café em terras capixabas.

O aparecimento da cafeicultura na Província do Espírito Santo contribuiu sensivelmente para a diminuição desse desequilíbrio que o processo histórico nos legara. Implantado na Província do Rio de Janeiro, o café encontrou mercado no mundo ocidental regido pelo liberalismo clássico, posterior a Revolução Industrial. Penetrando por São Paulo, estabeleceu contato com os limites de Minas Gerais, atingiu e ocupou as terras virgens do sul e do centro do Espírito Santo. O café promoveu o desbravamento da floresta, o incremento da imigração européia, a construção de estradas de rodagem, a navegação regular a vapor e a implantação da ferrovia no sul da Província. Esta última localiza-se na região do Itapemirim, que apresentava as melhores perspectivas ao cultivo da rubiácea.

Inúmeros melhoramentos urbanos faziam-se sentir na última década da fase imperial na Província cafeeira. Em 1884, o Correio Geral possuía 24 agências no Espírito Santo. Destas, 14 localizavam-se no Sul da Província. Vitória, desde 1878, passou a contar com iluminação a gás e o telégrafo elétrico possibilitava

a comunicação com a Corte e inúmeras províncias. A população ainda bastante reduzida, fora contudo incrementada, nas últimas décadas, com a vinda de significativos contingentes de imigrantes europeus, que se tornaram imprescindíveis como força de trabalho à cafeicultura capixaba. Essa, embora pouco pesasse na pauta de exportação nacional, vai representar tudo para o Espírito Santo, que se tornara todo café.

O advento da República, sob a forma federativa que consequentemente oferecia maior autonomia às antigas províncias, concorreu extraordinariamente ao aumento da renda estadual. O orçamento da Província que, em 1889, não ultrapassava a quinhentos contos de réis, atingiu a mais de 5 mil contos no Estado, entre 1896 e 1898. Na Nação, intensificou-se a vida nas cidades notadamente nos centros de comercialização de café onde havia investimentos no planejamento urbano. Neste contexto, a energia elétrica era o grande acontecimento.

Antecedentes da Iluminação Pública:

Desde 1878, Vitória passou a contar com iluminação a gás. Custava duzentos réis a hora a manutenção do bico de sete velas às residências. Já no ano seguinte estendia-se às ruas a iluminação a gás. O evento representava um grande acontecimento para a Capital, que era anteriormente iluminada a azeite de peixe, óleo de

mamona ou querosene.

Em 1896, inaugurava-se em Vitória o teatro Melpomene, exigência da capital do estado cafeeiro cuja produção sensivelmente no modelo agrário exportador. Todo construído em pinho de riga, estilo "renascença", com capacidade para 1.200 pessoas, apresentava uma inovação: iluminação elétrica. Era a energia elétrica cuja necessidade se fazia presente. O Melpomene era alimentado por um gerador próprio, na ausência de uma empresa de iluminação pública.

Nas ruas, continuava a iluminação baseada no gás combustível e com todos os seus inconvenientes, que exigiam verdadeiros malabarismos dos poderes públicos para sua manutenção. Por exemplo, 1899, quando passou a ser em ouro a cobrança dos impostos sobre produtos importados, determinou-se a supressão de inúmeras lâmpadas e o funcionamento da iluminação artificial apenas em noites sem luar. O carvão mineral importado, que era a matéria prima, só poderia ser encontrado em um único depósito existente em Vitória. Além do mais, os reparos constantes do serviço de iluminação exigiam interrupções constantes no fornecimento, suscitando insatisfação pública e manifesto da imprensa local ante a precariedade do serviço.

Em 1893, com a reforma do gasômetro, retrocede-se ao tempo da iluminação a querosene. As sucessivas prorrogações para o restabelecimento do serviço enceta novas concorrências. Nessas, poderiam participar propostas para

* Síntese do trabalho que será lançado pela Fundação Jones dos Santos Neves na série "Documentos Capixabas" sobre a "Indústria de Energia Elétrica".

** Professor de História Econômica e Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense.

iluminação elétrica. Mas não seria Vitória a primeira cidade do Espírito Santo a possuir iluminação pública elétrica. Na primeira década do século XX, ainda era a álcool a iluminação dos jardins do Palácio do Governo, cujo encarregado recebia mensalmente 30 mil réis para sua manutenção.

A USINA DA ILHA DA LUZ

Cachoeiro de Itapemirim era o centro da mais próspera micro-região do Estado. Caracterizava-se por um solo de boa fertilidade e facilidade de transporte para escoamento da produção cafeeira. Era o único centro importante do Estado a possuir comunicação com a Capital do País. Congregava inúmeras casas comerciais de armário e ferragens, dirigidas geralmente por alemães, italianos e sírios, constituindo-se, consequentemente, em um pólo de atração ao comércio regional.

Paradoxalmente, até 1887, Cachoeiro de Itapemirim não possuía sequer iluminação pública. Era costume das famílias locais, nos dias de festas, colocarem lâmpões do lado externo das residências. Neste ano é que tem início a iluminação a querosene. Entretanto, logo a dinâmica da vida local exigiria melhoramentos no setor.

Em 1902, o Presidente da Câmara Municipal, Bernardo Horta, contratou a instalação da iluminação pública elétrica em substituição a de querosene. Escolheu-se para local de captação da força hidráulica a ilha de Boa Esperança, no Itapemirim, que a partir daí passou a denominar-se "Ilha da Luz".

Era o primeiro serviço de iluminação pública de geração elétrica do Espírito Santo e o décimo do Brasil. É inaugurado na festa de Todos os Santos em 1903.

O sucesso do melhoramento fora total. Já funcionava mesmo antes da inauguração oficial, mediante um abaixo assinado da população que por ocasião das primeiras experiências, exigia sua continuidade.

Energia Elétrica

Em 1908, assume a presidência do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro que imediatamente ex-

plana seu programa de governo. Partindo do princípio de que havia um movimento geral de progresso no País e que ainda não chegara ao Espírito Santo, o novo Presidente decide intervir diretamente na economia.

Na tentativa de industrializar o Estado celebra inúmeros contratos para construção de fábricas. Para infra-estrutura de projetos industriais, planeja montar uma usina hidrelétrica com produção de 3.000 HP, no Sul do Estado, onde seriam implantados a maioria dos projetos.

Por outro lado, a capital do Estado apresentava um aspecto bastante provinciano com ruas mal traçadas. Seguindo os acidentes do terreno bastante irregular, característico da ilha de Vitória; que ainda era desprovida de serviço de limpeza, água, esgoto e iluminação elétrica.

Já desejoso de modificar esta situação, o governo anterior do Presidente Henrique da Silva Coutinho assinara contratos com empresários visando sanar tal situação. Entretanto, o máximo que conseguiu em seu governo, em termos de modernização, fora dotar a cidade de um serviço de bondes, assim mesmo de tração animal. Criara, porém, condições financeiras para que seu sucessor levasse a efeito seus planos de modernização.

Em 13 de novembro de 1908, munido de melhores condições, Jerônimo Monteiro contratou com o empresário Augusto Ramos, os serviços públicos de Vitória, compreendendo iluminação elétrica e abastecimento de água da cidade.

No rio Jucu, escolhido para captação hidráulica, seriam aproveitadas as quedas situadas nas adjacências do quilômetro 35 da então Estrada de Ferro Leopoldina Railway. A usina teria uma capacidade de 800 HP.

O serviço de energia elétrica foi inaugurado em 25 de setembro de 1909, em meio a grandes comemorações. Estendeu-se rapidamente a vários setores.

Em 1911, foi inaugurado o serviço de esgotos. Esse utilizava-se de bombas acionadas por motores trifásicos de 30 HP para despejo fora do perímetro urbano. No ano seguinte iniciam-se o serviço de bondes elétricos e a

iluminação pública estendia-se, desde 1910, à cidade do Espírito Santo (Vila Velha e Cariacica). Ainda durante o governo Jerônimo Monteiro, Vitória passou a contar com serviço de telefones.

CONCLUSÃO:

O pioneirismo brasileiro da indústria de eletricidade na América do Sul, afetou as províncias onde se localizava a economia mais dinâmica.

O País vinha tendo sua infra-estrutura viária dinamizada nos últimos tempos graças a influência do café, que caminhava ao apogeu, exigindo dinamismo e progresso. Por outro lado, a escassez crônica de mão de obra, agravada pela proximidade da Abolição, o desejo de proporcionar comodidade às populações interioranas, notadamente das regiões cafeeiras, acarretava a multiplicação de pequenas usinas geradoras.

Após a Proclamação da República, intensificou-se a vida nas cidades, notadamente nos centros de comércio de café, onde tudo era importado. A abolição liberou considerável parte da mão de obra para esses centros. Como o consumo ainda era bastante simples houve incremento da indústria manufatureira. A partir daí, acentuou-se a criação de usinas geradoras hidráulicas.

O advento da República sob a forma federativa que, consequentemente, oferecia maior autonomia às antigas províncias, concorreu extraordinariamente para o aumento da renda estadual. Embora pouco pesasse na pauta de exportação nacional, o café capixaba representava a quase totalidade de arrecadação do Estado. O desenvolvimento da produção cafeeira, embora já demonstrasse os primeiros sinais de debilidade do caráter reflexo da economia primário-exportadora, exercia grande influência nos melhoramentos urbanos do Estado, encetando a iluminação pública na micro-região estadual melhor situada economicamente. Posteriormente, o próprio Governo Estadual, imbuído do espírito de reformas infra-estruturais, que se faziam necessárias, encampa as iniciativas e estende a outras partes do Estado visando sua modernização.

Comportamento urbano: Influências dos veículos de comunicação de massa

Fernando Lima Sanchotene *

*Análise das teorias que se preocupam com os efeitos
sociais dos veículos de comunicação de massa.
As interpretações em torno do comportamento urbano e
as influências nas normas sociais dos indivíduos.*

À medida em que a sociedade se torna mais complexa, o homem manipula mais símbolos e menos objetos. A tecnologia moderna de comunicação permite isso sem ter contato pessoal com os indivíduos numa base regular ou diária.

Instrumentos de massa levam informações permanentes e constantes da sociedade ao homem, com o objetivo de comunicar o que acontece fora da sua percepção individual. Esse processo contribui para fazer face ao fenômeno da incomunicação social, causada pela metropolização, através da substituição gradativa dos vínculos primários por um caráter impessoal às relações humanas.

O notável incremento dos **mass media** nas sociedades modernas, notadamente os audiovisuais, chegou a ser interpretado por muitos como uma ameaça a própria cultura alfabética.¹ Um dos idealizadores dessa corrente foi Marshall McLuhan que, atacado ou defendido com grande veemência, lançaria, na década de 60, teoria de grande impacto no cenário norte-americano. Ele afirmava que o homem pós-renascentista será psicossocialmente definido como homem tipográfico, por fazer de linearidade de frase escrita seu primeiro padrão de entendimento da realidade. Em sua obra *Galaxia de Gu-*

*temberg, o professor canadense se propõe a estudar a crise contemporânea, destacando que, ao entrarmos no limiar da era elétrica e, depois, da eletrônica, são abalados os fundamentos em que se enraizara a experiência do mundo pelo homem tipográfico. Passamos da produção de mercadorias empacotadas para o empacotamento das informações, dizia ele então. A Adeia Global preconizada por McLuhan, onde a imagem torna-se a linguagem universal.*²

Mas, na realidade, esse veículo ainda não se deixa apresentar em toda a sua profundidade, principalmente, porque seria utópico uma apresentação sistemática ou visual de sua influência. Para muitos o melhor é apresentar a televisão como uma gestalt complexa de dados colhidos quase ao acaso.

Muitos acusam os mass media de não estarem permanentemente programando suas mensagens informativas para dar um conhecimento integral do que acontece na comunidade. Nem a programação noticiosa atenderia aos interesses de suas audiências.

As dúvidas permanecem, ainda hoje, até mesmo se há ou não efeitos causados pelos veículos de comunicação de massa. Mas, uma vez aceita a premissa de que ela

produz efeitos sobre as massas, para que direção, no Brasil, depois de Marshall McLuhan e outros contemporâneos, caminham os veículos de comunicação de massa? Diante disso, que transformações estariam ocorrendo na sociedade brasileira atual por influência dos veículos de massificação da cultura?

Ao que tudo indica, as teorias sobre os efeitos provocados pelos mass media estão sustentadas em duas bases: a primeira, e mais antiga, postula a existência de um fluxo direto de estímulo-resposta

1. O termo é utilizado por José Marques de Melo para se referir a um processo que se restringe aos públicos letrados. Ver: MELO, José Marques de. *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1976.

2. As idéias de McLuhan estão expressas em dois livros pesquisados. Ver: MCLUHAN, Marshall. *Meios de comunicação como extensões do homem*. Cultrix, 1969.

MCLUHAN, Marshall. *Visão, som e fúria*. in: LIMA, Luiz Costa, org. *Teoria da cultura de massa*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

* Técnico da Fundação Jones dos Santos Neves

entre os meios e o público. A segunda, diametralmente oposta, preconiza as normas sociais como resultados do comportamento social existente, e não fruto da razão humana.

Vejamos a seguir considerações preliminares à discussão desses modelos. Acreditamos até mesmo que algumas delas sejam exploratórias, sem um rigor científico. Mas achamos isso relevante para evidenciar que ambas as tendências indicam a carência de provas científicas conclusivas sobre a existência ou não dos efeitos persuasivos sobre a massa. Vários pontos levantados são, propositalmente, não coincidentes, o que nos parece ratificar essa tendência. Por isso, entendemos não ser possível, nessa oportunidade, apresentar novos caminhos. Pelo que, estamos satisfeitos em reunir algumas questões em torno da problemática atual, o que por si só nos parece possibilitar uma reflexão diante das novas tendências que começam a surgir.

AS TEORIAS

O binômio causa-efeito dos mass media permanece envolvido em nebulosidade por não estar perfeitamente determinada a diferença entre as normas sociais adquiridas através da comunicação de massa, impessoalmente distribuída, e as transmitidas por certas fontes elementares, como a família, os amigos ou os grupos de trabalho. Ainda não está comprovado até que ponto a socialização por comunicação de massa padroniza a cultura em todos os níveis sociais e regiões geográficas. E também não se sabe até que ponto a comunicação de massa transforma a qualidade do conteúdo normativo transmitido. Permanece em dúvida o fato se ela fortalece ou enfraquece o controle social na sociedade de massa.

Mas, uma vez aceitas essas premissas, há também o perigo de não se considerar o fato de que nem todas as mensagens dos veículos de massa chegam a afetar as opiniões, atitudes e comportamentos humanos. E a argumentação é simples: não se pode atingir, com todas as mensagens, a todos os indivíduos, durante todo o tempo. Em outras palavras: os indivíduos utilizariam um caráter susceptível a ela em fun-

ção do interesse anteriormente expresso. O homem, então, seria capaz de apresentar um senso crítico capaz de discernir o que lhe convém ou não.

Essa tendência é defendida pelos que acreditam estar superada a teoria de estímulo e resposta. No Brasil, um dos primeiros a se manifestar sobre o assunto, na década de 60, foi Amaury de Souza³. Em 1966 tentava refutar o modelo tradicional de comunicações de massa, que postulava a existência de um fluxo direto de estímulos e respostas entre os meios e o público.

Para ele, fortemente influenciados pelas teorias da sociedade de massa — que enfatizam a desagregação dos grupos primários no mundo industrializado — os idealizadores desse modelo visualizavam a audiência como uma coleção de indivíduos isolados, sem raízes sociais, impotentes ante a capacidade de persuasão dos meios de comunicação de massa e daqueles que os controlam. Alienação e isolamento, constituem, segundo ele, os elementos-chaves dessa teoria: "na ausência de uma vasta rede de comunicações face-a-face, e do apoio de contatos sociais mais íntimos, a massa de indivíduos seria fácil e permanentemente condicionada a responder de acordo com os desejos de um grupo de produtores de mensagens", pondera ele.

Amaury de Souza acredita que as pesquisas sobre os meios de comunicação de massa mostraram que tal modelo é fundamentalmente inadequado. Lembra que a transmissão da comunicação implica em muitas variáveis intervenientes no processo de comunicação. Tais fatores tem a ver mais com o fato de que o efeito de uma mensagem é influenciado tanto pelo canal que a transmite quanto pelas técnicas utilizadas em sua apresentação.

— "Enquanto isso, os fatores que se encontram no outro lado do polo desse fluxo, a Recepção das mensagens, são mais diretamente relevantes para a discussão do modelo tradicional de comunicações de massa. Um desses fatores é exatamente a exposição ou atenção aos meios; pois existem vários elementos de tipo sócio-econômico que qualificam ou não um indivíduo como membro de um público. Da mesma forma, o interesse ou receptividade das mensagens

transmitidas pelos vários meios é, em grande medida, função de diversas predisposições psicológicas possuídas pela audiência. Finalmente, o fluxo de comunicação entre o pólo transmissor e o pólo receptor é ele mesmo descontínuo: entre os vários meios e as massas encontram-se estruturas de relações interpessoais cuja função é reinterpretar de maneira seletiva as mensagens da comunicação de massa"⁴.

Amaury de Souza propõe que todas esses fatores combinam-se em um modelo mais complexo que aquele deduzido a partir das teorias das sociedades de massas. Ele conclui que a exposição à comunicação de massa não é aleatória e sim seletiva. Os membros da audiência são também membros de coletividades sociais — sejam elas classes sociais e grupos étnicos, ou diferentes gerações — como tais herdeiros de orientações culturais e psicológicas específicas. Por esse motivo, eles se expõem a somente um tipo de mensagem, especialmente aquelas que sejam relacionadas aos seus interesses, consistentes com suas atitudes, congruentes com suas crenças e favoráveis aos seus valores.

Com efeito, é de se supor que a tendência verificada por McLuhan, a de que os indivíduos estariam vulneráveis a todas as mensagens, não deixa de ser uma ideia sobre uma imposição de nova cultura assentada sobre um processo histórico de interação humana, através de contatos interpessoais. Acreditamos que a dúvida expressa por Amaury de Souza esteja no fato de saber até que ponto o homem é seletivo ou está sendo induzido a sê-lo, segundo valores exógenos a sua cultura. Para tanto, ele pondera:

— "Opondo-se à teoria tradicional do estímulo-resposta, as novas teorias postulam que é possível estabelecer-se associações es-

3. As idéias de Amaury de Souza estão publicadas na revista Dados, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro sob o título de meios de comunicação de massas no Rio de Janeiro: um estudo preliminar editado em 1968.

4. Idem ibidem.

pecíficas entre o uso diferencial dos meios de comunicação de massas e certas características da audiência. Várias pesquisas têm demonstrado que os meios de comunicação tendem a ser complementares, isto é, as pessoas lêem jornais, tendendo também a ser ouvintes de rádio e expectadores de televisão".

Para comprovar isso, Amaury de Souza diz que três variáveis incidem sobre o processo: status econômico e social; grau de exposição aos meios de comunicação de massa; e os veículos como fatores influentes na exposição a outros meios.

No primeiro caso, a exposição aos meios de comunicação de massa é em parte função das habilidades possuídas pelos indivíduos. No segundo, a exposição aos meios é também função das motivações diversas dos membros da audiência. O terceiro caso refere-se à complementaridade de meios, isto é, um indivíduo tende a assistir a vários meios de comunicação.

Utilizando dados de várias pesquisas, o autor afirma que "os quadros mostram que um nível educacional mais alto leva a um grau maior de exposição aos vários meios de comunicação quando a renda é mantida constante. A falta de educação escolar tende a inibir o uso dos vários meios, não importa qual a capacidade financeira do indivíduo. Assim é plausível supor-se que níveis e educacionais diversos induzem motivações e hábitos de exposição diferentes". Ao que tudo indica, o autor reporta-se ao fato de que os analfabetos utilizarem mais o rádio e a televisão, cuja função seria de integrá-los à contemporaneidade, embora esta seja através de uma apatia. Estranhemos, ainda, o fato de afirmar que maior nível de renda leva a maior grau de exposição. Acreditamos que, quando o autor se refere a tal afirmação, esteja baseando suas conclusões em pesquisas diretas. Mas recentes pesquisas promovidas pelo IBOPE estão a indicar que, no Brasil, há mais de 45 milhões de expectadores de televisão, para mais de 10 milhões de receptores, ou seja, mais da metade da população brasileira tem acesso a um ou mais meios de comunicação de massa, o que coloca a questão sob um novo prisma.

RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Procurando uma linha de pensamento semelhante a Amaury de Souza, José Marques de Melo⁵ prefere preterir análises em torno do indivíduo como objeto de estudo, em favor da relações de comunicação que se verificam nas massas. José Marques de Melo, também procura contra-argumentar o que preconiza a teoria do estímulo-resposta. Segundo acredita, concentrando impropriamente seu foco nas características intrapessoais das fontes ou recebedores, essa metodologia não permite examinar o processo interativo que está implícito no fluxo de comunicação da fonte para o recebedor.

Em suas ponderações, José Marques de Melo lembra Brown e Kearl que concluem que quase nenhuma das mensagens divulgadas pelos canais de comunicação de massa tem impacto direto sobre o desenvolvimento e modernização. "Eles justificam que o desenvolvimento é um fenômeno de produção; no entanto, os mass media estimulam tão só o consumo: o conteúdo de suas mensagens pouco tem a ver com as aspirações do povo, estimulando fantasias e não realizações concretas"⁶.

No entanto, esse autor reconhece a inexistência de pesquisas que possam comprovar o processo interativo que está implícito no fluxo de comunicação unidirecional. É importante salientar que as análises carecem de experiência comparativas na sociedade com ou sem os mass media nas regiões metropolitanizadas. A introdução desses veículos ocorreu tão logo desencadeado os processos de industrialização e urbanização acelerada nos centros metropolitanos. Isso se considerarmos que toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos.

De outro lado, somos inclinados a concordar com José Marques de Melo, quando ele leva a crer que o comportamento social não deva ser medido, obviamente, pelo número de horas que as pessoas utilizam os veículos de comunicação de massa. Assisti-los implica em processo seletivo, pois ninguém chega a receber a programação veiculada durante todo um dia ou uma sema-

na. Colocar notícias à disposição de todos não significa que todos estejam atualizados. Nem muito menos que se faça uma análise de todos os aspectos sociológicos mais significativos de cada programação. Principalmente porque os mass media estão orientados para as chamadas classes médias consumidoras, restringindo-se mais a uma função diversional.

A despeito da influência nas populações de baixa renda e sua possível ação nas aspirações coletivas, José Marques de Mello salienta:

— "As aspirações coletivas não são fruto da razão humana, mas, sim, do comportamento social existente. O homem urbano faz parte de um conjunto específico de ajustamento cultural. Os valores e contradições existentes na sociedade terão de ser por ele aceitos, única forma de sobrevivência. O contato com os veículos de comunicação de massa e a própria paisagem urbana em muito contribuem para o desenvolvimento das aspirações dos indivíduos. Quando a sociedade não abre novas perspectivas à participação integral dos indivíduos no seu desenvolvimento, surgem tensões sociais, geradas pelas frustrações de parte da população. As frustrações são decorrência não só da própria sobrevivência sócio-cultural, mas, também, da própria impotência consumidora, estimuladas pelos veículos de comunicação de massa. Os apelos de aquisição e uso de bens industrializados geram efeitos sobre os indivíduos localizados na base piramidal da estrutura social, caracterizados pelo baixo nível de instrução e mão de obra especializada".

Talvez José Marques de Melo queira se referir, ao descrever uma espiral de aspirações deflagradas nos migrantes em contato com o meio urbano, ao mesmo processo

5. MELO, José Marques de. *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1976.

6. Segundo José Marques de MELO ambos expressam esse pensamento em: BROWN, Marion and KEARL, Brint. *Mass communication and development: the problem of local and situation relevance*, Madison, the University of Wisconsin — Land Tenure Center, 1967. Research paper, 38...

ocorrido com a introdução de tecnologia no Brasil. Com a industrialização e a metropolização, o autor acredita que a introdução dos mass media tenha sido uma injeção exógena à estrutura social existente. De acordo com esse raciocínio, o processo desencadeado com a introdução desses veículos, notadamente a televisão, tenha provocado um processo sequenciado de mudanças que ainda atinge às populações migrantes. Contudo os mass media tem se caracterizado mais como geradores de comportamentos apáticos do que estimuladores sociais eficazes.

Nesse sentido, Robert Merton⁷ diz que "os críticos da cultura popular argumentam que o entretenimento em massa é disfuncional, porque não consegue elevar o gosto do público ao nível obtido pelas formas de diversão muito menos extensivas, como teatro, livros ou ópera. Para ele, o estar exposto a esta avalanche de informações poderá servir para narcotizar o leitor ou o ouvinte mediano, ao invés de estimulá-lo. Confunde-se assim o fato de conhecer os problemas cotidianos com o fato de atuar sobre eles. Pode-se então se chegar a uma apatia e, por essa razão, as comunicações serem ineficazes a tal ponto que impeçam o viciado de reconhecer a sua própria doença. E pondera:"

— "É fato evidente que os mass media elevaram o nível de informação das grandes populações. Sem intenção consciente, porém, o aumento da dosagem das comunicações pode estar transformando inadvertidamente as energias dos homens, levando-os de uma participação ativa a um mero conhecimento passivo".

A estrutura de programação dos mass media voltadas ao entretenimento limitam diretamente o desenvolvimento da visão crítica nas pessoas. Ao contrário do livro, a televisão exige menos esforço na aprendizagem e limita substancialmente a criatividade. Por outro lado, o fortalecimento das relações primárias pode ir de encontro a essa tendência.

HOMEM : CENTRO DAS ANÁLISES

Mas paralelamente há que se notar o pensamento daqueles par-

tidários de uma outra visão: a de que o comportamento de massa é fruto do somatório individual. Charles Wright⁸ refere-se às influências dos mass media através do "modelo da agulha hipodérmica". Isto é, cada membro da audiência é picado direta e pessoalmente pela mensagem. Esse autor, ao se referir às massas, alerta que o leitor, por exemplo, constitui elemento de influência. As massas são formadas por indivíduos heterogêneos, anônimos e isolados uns dos outros. Eles são átomos separados que, juntos, forma a audiência de massa.

O "modelo da agulha hipodérmica" determina a maneira pela qual o indivíduo é exposto à comunicação de massa. Como ele interpreta, como reage a qualquer comunicação específica, e até onde pode ou poderá modificar seu comportamento em obediência à mensagem.

Wright diz que tentamos sempre super-generalizar nossas experiências particulares de comunicação: "se assistimos a vários programas de televisão caracterizados pela violência, acabamos achando que o alimento da televisão é a violência".

Além disso, acredita que, durante nossa exposição diária à comunicação de massa, somos raramente motivados a uma análise dos aspectos sociológicos mais significativos do conteúdo: "assistimos à televisão sem analisar as características ocupacionais dos heróis, heroínas, vilões e vilãs".

Na realidade Charles Wright está muito interessado nos efeitos causados pelos chamados enlatados. O autor procura demonstrar preocupações com as fugas dos indivíduos, descrevendo uma espiral de alienação, "uma fuga e um refúgio facilmente atingíveis" segundo ele.

Esse autor centraliza suas atenções na violência transmitida pelos veículos de comunicação. Aliás este assunto tem sido polêmico, pelo que gostaríamos de traçar alguns comentários a respeito.

Os fenômenos das tensões sociais e da violência explorada em excesso pelos mass media, notadamente a televisão, tem sido seguidamente correlacionados. A principal divergência entre profissionais está relacionada com a ligação significativa entre posição aos mass media e comportamento delinquente. Isto é, a relação

causal, contribuinte ou restritiva. Através de programações dosadas, a televisão, principalmente, pode provocar um falso sentido da realidade.

O principal motivo de se combater as formas de violência mostradas pelos enlatados, deve-se a eles ratificarem o comportamento puramente emotivo em lugar de um comportamento racional. Daí a grande preocupação com as grandes doses de violência sem caráter educativo. E sua repetição faz com que as pessoas se acostumem a ela e a considerem normal.

Contudo, há que se ressaltar que os mass media (notadamente, cinema e televisão) não são responsáveis diretos pelo aumento da agressividade nas pessoas. Podem ser aliados a diversos fatores que se interagem, encontrando receptividade junto àqueles que apresentam certa predisposição às influências.

EXISTÊNCIA EXAGERADA

Robert Merton⁹ ora diz que o fenômeno empático gerado pelos mass media é causa, ora diz que é efeito das normas sociais, contrapondo a José Marques de Melo, que diz ser o comportamento social fruto das aspirações coletivas e não da razão humana, ele afirma que a existência dos mass media foi exagerada. Da mesma forma, considera exageradas as múltiplas indicações de que os mass media exercem efeitos de influência sobre as suas platéias. E explica: "Pesquisas indicam que pelo menos uma ou duas das

-
7. MERTON, Robert K. & LAZERSFELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In LIMA, Luiz Costa, org. Teoria da cultura de massa. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
 8. WRIGHT, Charles R. Comunicação de massa, Bloch, 1964.
 9. MERTON, Robert K. & LAZERSFELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização de ação social. In LIMA, Luiz Costa, org. Teoria da cultura de massa. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

três condições devem ser preenchidas para que a propaganda se mostre efetiva. Estas condições podem ser designadas sumariamente, como sendo: monopolização, canalização ao invés de mudança de valores básicos e contatos face-a-face suplementares. Esta disfunção é atingida quando há pouca ou nenhuma oposição aos meios de difusão de valores, políticos ou imagens públicas. Em outras palavras, a monopolização dos veículos de comunicação de massa ocorre na ausência de contrapropaganda. As crenças prevaescentes no enorme poder da comunicação de massa parecem provir dos bens resultados da propaganda monopolista ou da própria publicidade¹⁰. Mas o salto da eficácia da publicidade à eficácia suposta pela propaganda quanto às atividades profundas e ao comportamento individual é tão pouco comprovado quanto perigoso. A publicidade é dirigida especialmente para canalizar padrões e atitudes de comportamento pré-existent. Ela raras vezes procura inculcar novas atitudes ou criar novos padrões de comportamento. Contudo, a propaganda de massa, que não é nem monopolista nem canalizada em seu tipo, pode, todavia, tornar-se eficaz se responder a terceira questão: suplementação através de contato direto.

Para Merton, a comunicação de massa prova ser muito mais eficaz trabalhando em conjunto com centros locais de contatos organizados e diretor. Mas lembra que raramente, porém, estas condições básicas são preenchidas para fins sociais. Como resultado desta tríplice situação, Robert Merton afirma que o "papel atual dos **mass media** está quase por completo limitado aos assuntos sociais periféricos e os **media** não mostram o grau de potência social que normalmente se lhes atribui". E finaliza:

— "Assim, as mesmas condições que agem em favor da máxima eficácia dos **mass media** operam em favor da manutenção da estrutura social atual e cultural vigente. Ou seja, trabalham mais para a manutenção desta estrutura sócio-cultural do que para a sua modificação".

O fato de Merton considerar a televisão disfuncional, porque não consegue elevar o gosto do público ao nível obtido pelas formas

de diversão, como teatro e ópera, leva a pensar nos gostos de platéia. Será que eles estão a indicar desejos de manutenção dos padrões ou será que as atitudes dos diretores dos **mass media** levariam ao aperfeiçoamento gradativo dos gostos de suas platéias?

É bem possível que os padrões de arte produzidos por reconhecidos talentos criadores e apresentados a uma platéia restrita não venham a ser aplicados às formas apresentadas numa indústria de grande escala como a televisão. Alguns estudos chegam a denotar que a introdução de programações com objetivo de mandar maior nível cultural dos espectadores tem provocado, ao contrário, rejeição daqueles que seriam os beneficiários. Isso viria comprovar que a exposição aos **mass media** não seria aleatória e sim seletiva.

CONCLUSÕES

O material exposto, como se viu, não chega a pontos terminais que permitam esgotar o assunto. Não há provas científicas conclusivas que permitam afirmar a validade de uma ou outra teoria. No Brasil os estudos carecem da realização de pesquisas amplas e conclusivas que possam cientificar as especulações em torno do assunto.

As teorias sobre as normas adquiridas por influência da comunicação de massa tem frequentemente se baseado em **surveys** que consideram o indivíduo como objeto de estudo. Entre os vários fatores que determinam a conformação do problema estão o número de entrevistados ou fontes de dados no uso do estudo, o número de questões perguntadas e o número e complexidade das operações estatísticas planejadas para o estudo¹¹.

Sem dúvidas, o maior problema se refere às respostas, pois elas podem refletir momento impensado ou influências momentâneas pelo entrevistado. Por outro lado, os critérios subjetivos dos investigadores podem colaborar à defasagem das pesquisas. O investigador poderá direcionar seus estudos dentro de uma visão subjetiva de realidade, chegando até mesmo a omitir alguns fatos de seu desconhecimento. E outros pro-

blemas também podem ocasionar a falta de representatividade de uma pesquisa, destacando-se a adequação entre o número de entrevistados e o universo pesquisado, a não observância dos princípios básicos do plano de pesquisa, as extrapolações sem garantias e outras.

Ficamos, assim, trabalhando aos níveis de suposição, susceptíveis de falhas que também nós podemos cometer pela subjetividade. Contudo, pretendemos, apesar das especulações em torno do assunto, mostrar que há contradições entre as teorias apresentadas, mais do que a intensão de apresentar provas conclusivas. É certo que há uma predisposição dos indivíduos em receber influências, como também é certo que a exposição aos veículos de massa não chega a causar total alienação da realidade. Resta saber até que ponto ocorre um ou outro fenômeno.

A evolução das teorias modernas parece deixar para trás a teoria clássica de estímulo-resposta que, embora deliberadamente, ou não, os indivíduos possam obter algumas normas sociais através delas, pois a socialização é um processo contínuo — estendendo-se da infância a velhice. Mas as evidências não conduzem a provas científicas.

As conclusões a que chegaram sociólogos e comunicadores parece mostrar, pelo menos, que se tornam os **mass media** inerentes ao próprio meio ambiente e não se pode escapar deles como também não se pode escapar da poluição fechando a janela. Mais das simples pesquisas quantitativas, torna-se necessário atentar para o comportamento de uma sociedade onde ela se desenvolve, através de estudos objetivando constatar/refutar o esquema teórico existente.

10. A palavra publicidade está sendo usada em sua forma corrente, que não se coaduna com a definição, preconizada pela **AMERICAN MARKETING ASSOCIATION**. A Organização define publicidade como uma forma de promoção não controlável diretamente pela empresa.

11. **GOODE**, William J. & **HAFI**, Paul. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, Nacional, 1972.

A economia capixaba e suas perspectivas*

Lélio Rodrigues **

Síntese da Conferência proferida em Vitória durante a Semana do Economista. Perspectivas, Economia e Espírito Santo foram os principais aspectos abordados pelo conferencista

Uma primeira qualificação para delinear o real contorno e significado de **Perspectivas**, a primeira das considerações, é a do sistema, fechado ou aberto, sobre o qual elas se aplicam e se projetam.

Quanto mais fechado o sistema, quanto mais restrito o número de variáveis do modelo, tanto mais as perspectivas irão extrapolar os agregados e indicadores observados. Abre-se o sistema para incorporar os fluxos inter-estaduais e insira-se o Estado no conjunto mais amplo da economia nacional — e logo as incertezas começam a aflorar. Estamos em pleno mês de agosto, de um acalentado processo de redemocratização.

A revolução de 64 esvaziou o federalismo e descaracterizou, política e tributariamente, a autonomia dos Estados. Em contrapartida, a infra-estrutura capixaba, os projetos de impacto, os mecanismos financeiros compensatórios se viabilizaram sob o regime autoritário. As estatísticas sobre a alocação regional dos dispêndios públicos permitem afirmar que, onde o controle do governo se faz mais direto, mais a periferia se tem beneficiado. Embora outros mecanismos, promovam transferências e vazamentos de poupança e de renda, e possam inverter o sentido da resultante final, deve-se merecer a contribuição dos governos revolucionários para com a periferia do País.

Cobra-se o Sistema para enquadrar o País e Estado nas correntes que passam a economia internacional. A absorção da crise energética é aparente e pode recrudescer lá por 1985. Cinco anos decorridos, o Brasil maximizou o seu nível de endividamento sem ousar qualquer tratamento de choque que

referendasse a perspectiva de redução da dependência externa no próximo quinquênio.

Uma segunda qualificação de **Perspectivas** reside no entendimento que se tenha do papel do **Homem** na conformação da **História**. Se nos é dado o arbítrio de plasmar o nosso próprio destino, o exame das perspectivas de uma economia com portaria uma chance para um ato volitivo, para uma contribuição normativa ou, quando nada, para uma objeção de consciência.

Se, no entanto, as leis econômicas se cumprem à revelia do Homem, e as estruturas se movem independentes de um agente identificável, o tema das perspectivas resulta sem qualquer mérito social.

Uma terceira qualificação é a do horizonte a examinar. As regras de simetria estão a indicar que o horizonte da projeção guarde proporcionalidade com o período da retrospectiva. A vivência do conjuntural — agosto e reformas, petróleo e ciclos — está a sugerir que, quanto mais imediato o horizonte, mais aleatórios os eventos, porquanto mais pontual a indagação. E a rejeição do determinismo estruturalista permitirá aventar que o homem constrói a sua evolução a curto prazo, ele arca com as consequências dos erros do passado.

Como ciência da escassez e como ciência social, a Economia se aplica a otimizar recursos para a satisfação das necessidades coletivas. Na base, os fatores produtivos: no meio, a organização da produção; no topo, as demandas derivadas da própria natureza humana.

As necessidades humanas são, frequentemente, reduzidas à expressão

mais simples de nossa dimensão biológica. Mas o homem inteiro, além das necessidades primárias ou essenciais, se apresenta dotado de outra dimensão, adiante da economia e da biologia do escasso, do apelo publicitário ao consumismo e à acumulação. Aí se posicionam as necessidades terciárias ou de superação, a espiritualidade, a religiosidade e o solidarismo.

A excessiva fixação na insuficiência do fluxo de bens e serviços faz exacerbar-se ainda mais a pressão sobre os recursos escassos. As classes trabalhadoras, constrangidas à fadiga braçal e ao prolongamento da jornada, acabam bloqueadas para as amenidades secundárias e embrutecida para a plenitude da superação.

As elites, seduzidas pela competição de status, terminam subjugados no círculo do desperdício, esterilizando as oportunidades de exercer potencialidades humanas em toda a dimensão. Estão ausentes, em consequência, no mundo econômico, as expressões da demanda pelas necessidades terciárias da natureza humana. A ponto de que esta digressão possa soar deslocada do tema, plena de conotação pastorais. De fato, elas apenas escapam da econômica para ocupar as atenções da sócio-psicanálise.

Diretamente ligados à escassez, tanto a fundo econômico quanto a fundo patológico, emerge o problema das desigualdades interpessoais e as aspirações pela equidade social. Todos os homens são iguais e só se pode defender a desigualdade na medida em que as necessidades se diferenciam, nunca na medida em que, para necessidades idênticas, se diferencie o grau de satisfação.

* A semana do Economista foi realizada em Vitória (ES), no período de 14 a 19 de agosto de 1978, promovida pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Conselho Regional de Economia da 17ª Região.

** Engenheiro Agrônomo, ex-diretor de Planejamento do BANDES e atual consultor do Instituto de Planejamento Econômico e Social, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

As formas de organização setorial, pelas quais se especializam as atividades produtivas e se conquistam níveis crescentes de produtividade econômica, constituem também a via determinante da apropriação dos fatores, da divisão funcional da renda e da estratificação das classes sociais.

Indo além do econômico, é uma vez mais na organização social — tanto da produção, como da capitalização, quanto do consumo — que se consubstancia a satisfação de outras necessidades, intangíveis como fluxos: o sentimento de segurança a participação, o grupo próprio do exercício da cooperação, na destinação do homem para o solidarismo.

A dotação de fatores produtivos não assegura satisfação integral das necessidades, mas compõe a base de todo o fluxo do PIB e da sobrevivência material do homem. Os recursos naturais, relativamente inamovíveis, absolutamente limitados e ecologicamente degradáveis, passam a ocupar o centro do problema econômico da escassez, no momento em que os incrementos demográficos se classificam como explosivos e o capital poderia crescer indefinidamente pela capitalização do trabalho ocioso.

A modalidade dos fatores trabalho e capital poderiam ensejar a correção das disparidades inter-regionais de renda e de nível de vida, reduzindo a pressão demográfica sobre os recursos naturais ou reduzindo as desequilíbrios da espiral da polarização capitalista.

Postula-se ainda que, pela via de convergência inter-regional de fatores, os desníveis interpessoais de renda seriam amenizados e as condições de vida amplamente favorecidas pela tríplice reversão da inchação urbana industrial, da estagnação da economia periférica e da ociosidade da fronteira de recursos.

Concluindo a digressão, objeto da ciência econômica só adquire uma globalidade compreensiva, com o concurso de outras áreas de conhecimento e com a inclusão de outros componentes, à margem do problema da escassez. As variáveis instrumentais hábeis para a satisfação das necessidades do homem, de todas as gerações, deveriam necessariamente abranger:

— as de natureza psico-cultural, no plano de valores, a serem repensados para uma vivência mais integral das dimensões do homem.

— as de natureza sócio-política, das formas de organização a serem revisadas em benefício da equidade, da segurança, da participação e do solidarismo.

— as de natureza tecno-econômica, centradas nos fatores de produção, a serem direcionados em busca da convergência interregional, da relocação das atividades produtivas e do equilíbrio demográfico-ecológico.

Qualquer intervenção fragmentária, acionadas apenas algumas dessas variáveis, está enfadada ao desencanto de

não resultar. Pelo menos em termos do objetivo mais amplo da evolução do homem.

ESPIRITO SANTO

Por mais fé que se deposite na capacidade de a inovação tecnológica resolver os problemas resultantes da explosão da demanda e do declínio dos recursos naturais, creio ser consensual o ponto de vista de que o mundo inteiro não pode usufruir de padrões americanos e de que padrões de São Paulo não podem ser reproduzidos em toda a extensão do território nacional.

Para toda a periferia do terceiro mundo, como para toda a periferia brasileira, as alternativas remanescentes podem ser situadas em termos de EMPARELHAMENTO, da REJEIÇÃO ou do SOLIDARISMO.

O Emparelhamento (ou a ultrapassagem) é seguramente uma opção restrita à minorias. Poderá eventualmente o Brasil cumprir a sua vocação de potência emergente, mas essa condição não se estenderia à totalidade do Terceiro Mundo. Poderá o Espírito Santo integrar-se ao polo dinâmico do País, graças às peculiaridades de sua geografia (periferia imediata para o extravasamento da acumulação de capitais dos polos — São Paulo, Rio, Belo Horizonte sucessivamente integrados no modelo de modernização industrial, da metropolização e da exportação. A infraestrutura já disponível dos projetos de impacto, a drenagem da sua retroárea são os apoios dessa perspectiva.

Não se deve esquecer que essa oportunidade terá sido obra das circunstâncias, de geografia, do poder concedente das decisões alheias. Por muito que cada um tenha se apercebido do momento histórico, e se empenhado no sentido da corrente, o papel não terá sido de co-autor: coadjuvante apenas.

Como processo exógeno, o emparelhamento capixaba estaria por muito tempo ainda alijado do poder decisório, sucursalizado e dependente dos núcleos majoritários: Brasília, São Paulo e Exterior.

O seu PIB per capita poderá nivelar-se ao do polo, mas cumpre diferenciar Produto gerado da Renda retida.

E, por último, o que não poderá se omitir é que a alternativa do emparelhamento, cabível ao Espírito Santo e poucos mais, não se ampliará à maior parte da periferia nacional, em termos dos padrões de São Paulo-Rio.

Não constitui novidades as restrições ao modelo e aos seus padrões: a dependência externa e multinacional, o atravancamento e a neurose metropolitana, a mercantilização do homem e a inchação da marginalidade. O PND-76 inventaria as demais mazelas, as qualificáveis, que afetam os polos nacionais. É exatamente lá que mais se agravam as disparidades de renda, e as

dimensões da pobreza, do analfabetismo, do subemprego.

E não poderia ser diferente para o Espírito Santo, se lá chegar. Perenizado o dualismo espacial da Nação, as tentações da riqueza mobilizam a periferia para migrar. Os extremos se justapõem, para maior realce dos diferenciais de renda, de nível e de estilo de vida.

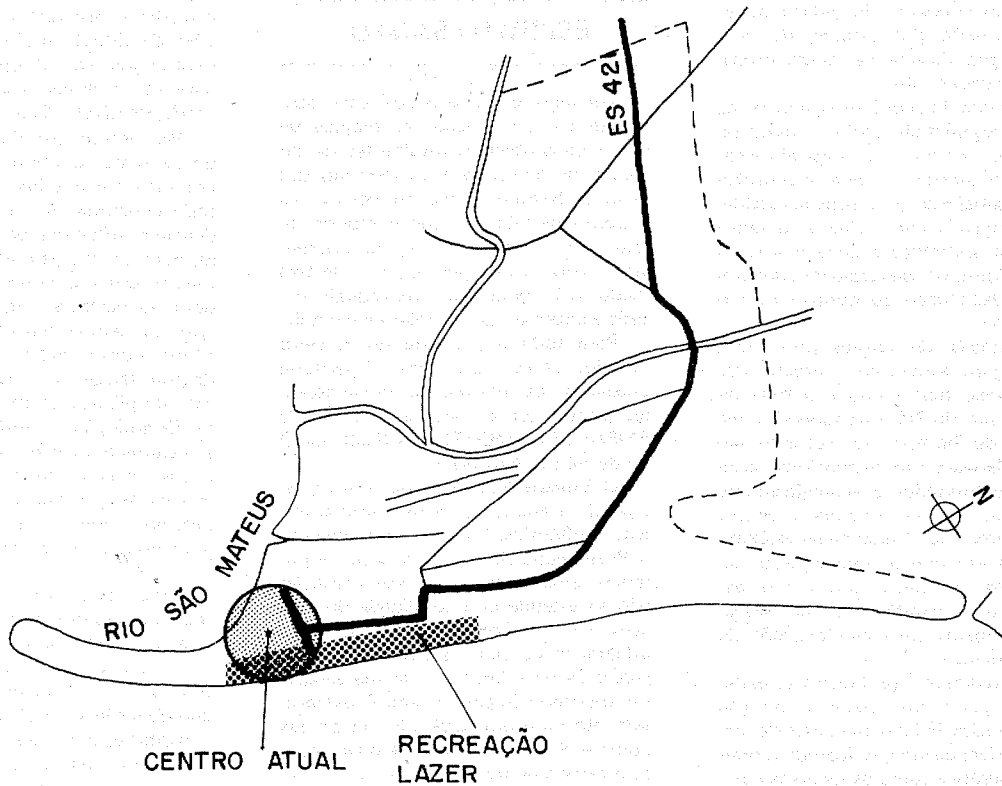
Mas as hipóteses da rejeição e de todo o irrealista. O efeito demonstração é dominante e nos hábitos rotineiros de todo constestador provinciano se evidencia a influência dos padrões do polo, com a vantagem adicional de se distanciar dos problemas e disfunções do polo. O desfrute conjunto das condições ambientais mais favoráveis da periferia e dos níveis de renda e consumo do polo tem se constituído em uma opção perspicaz, mas altamente excludente. Quando, no sentido de preservá-la, se assume a atitude da rejeição, parece que se estaria, em proveito próprio, a cercar as maiorias o acesso às oportunidades a que, na hipótese do emparelhamento, poderiam aspirar.

Esse posicionamento da rejeição é mais egoísta que o anterior. A alternativa de Solidarismo pressupõe um duplo movimento, a partir da periferia, e a partir do polo sob a égide de uma coordenação central que não pode ser autoritária, para não incorrer na desautonomia; que não pode ser liberalizante para não se tornar oligárquica: que deve comportar a participação mais ampla e generalizada das comunidades locais. A condição essencial é a de que mais se entronize a média do PIB per capita como indicador universal do bem estar de toda a nacionalidade. Associar o NACIONAL a média e associá-lo ao Polo, onde a maior produtividade marginal dos investimentos concentrará indefinidamente os padrões interregionais e interpessoais de renda e consumo. Caberia rebuscar outras medidas de tendência central; o planejamento Democrático está na MODA, e o que vale maximizar é a taxa de crescimento de renda modal.

Mas para não parecer simplista, por detrás da revisão estatística de um indicador, todo um processo pedagógico de revisão de valores se faz necessário na área psico-cultural, para que, desde o Polo, se modele uma nova concepção de qualidade de vida e se mobilizem adeptos para o processo de desconcentração.

A partir dessa base, os fluxos interregionais de fatores iriam progressivamente exercendo sua função niveladora, a muito longo prazo, mas para todo o País e para todas as gerações.

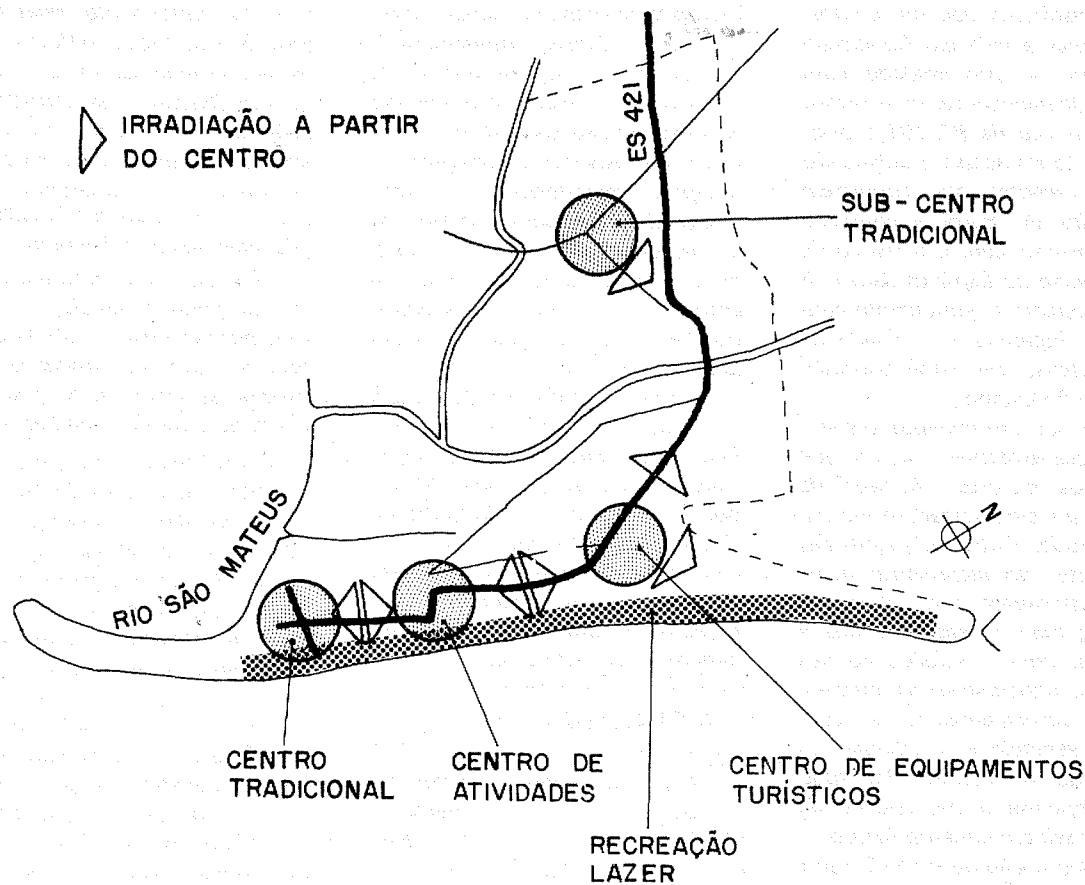
E a abertura para novas formas de organização social permitirá canalizar as conquistas da convergência interregional de fatores produtivos, atividades econômicas e de renda, em termos de equidade interpessoal de nível de vida, computadas a todas as dimensões da natureza humana.



I. ESTRUTURA ATUAL

Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra *

Fundação Jones dos Santos Neves **



2. ESTRUTURA PROPOSTA

A Cidade de Conceição da Barra é hoje um importante centro turístico da região norte do Espírito Santo. Sua beleza peculiar atrai fluxo intenso de turistas, principalmente nos meses de verão, quando chega a triplicar sua população. Mas alguns problemas já começam a surgir em decorrência desse incremento. Por isso, procurou-se elaborar um Plano Diretor Urbano que se antecipasse as dificuldades geradas pelo aumento populacional nos próximos anos. O Plano leva em consideração a preservação de seu centro de cidade, conservando sua configuração atual, preservando e valorizando os pontos cênicos e arquitetônicos; a minimização dos custos de urbanização e a maximização das funções urbanas; a promoção da expansão ordenada e o

incremento de sua função turística.

Na concepção do plano urbanístico de Conceição da Barra entram alguns fatores e critérios que, pela sua natureza, transformam-se em geradores da nova estrutura urbana. Foi adotado, então, um modelo trinodal com três focos de animação: os centros de atividades, de equipamentos e tradicional, dando uma estrutura equilibrada na distribuição de atividades no espaço urbano. O Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra apresenta como inovações a criação de um Conselho de Desenvolvimento e as leis que vão disciplinar o parcelamento do solo e o zoneamento de usos. Trata-se de uma experiência realizada conforme a realidade local, fato inédito em planejamento regional no Espírito Santo.

* O presente trabalho, concluído em dezembro de 1977, constitui a primeira experiência da Fundação Jones dos Santos Neves em Plano Diretor Urbano à municipalidade do interior. É uma tentativa de promover um modelo de atividade desse porte projetando-o para outras regiões municipais, segundo sua própria realidade.

** Projeto coordenado por Stelio Dias e Arlindo Vilaschi. Elaborado pela seguinte equipe de trabalho: André Tomoyuki Abe e Fernando Augusto Barros Bettarello (técnicos responsáveis); Carlos Cândido Caser, Márcia Grandi Monteiro e Tancredo e Roberto Garcia Simões (técnicos colaboradores).

A natureza exuberante e a paisagem urbana permeada por traços históricos dão um contorno singular à vida em Conceição da Barra. A proximidade com centros demandadores de turismo, a implantação da BR-101 e o asfaltamento do acesso à cidade são fatores recentes que conduzem Conceição da Barra à condição de importante centro turístico da região norte do Espírito Santo. A cidade constitui, juntamente com a lagoa Juparanã e a cidade de São Mateus, um tripé turístico ao norte do Estado.

Mas seu crescimento acelera-se ameaça exatamente aquilo que forma os maiores atrativos da cidade: sua simplicidade e sua natureza ruda. Entre os problemas emergentes do incremento turístico, destacam-se a expulsão das camadas mais baixas de renda à periferia, com a valorização dos terrenos, deficiências na infraestrutura, principalmente nas épocas de verão e a urbanização rápida do Município. Por tudo isso, impõe-se a necessidade de planejar seu crescimento futuro.

A elaboração do Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra representou uma iniciativa pioneira em planejamento urbano no Espírito Santo, estabelecendo um processo de interação entre a realidade urbana, no seu todo, e as interpretações e ideias dos técnicos que o elaboraram.

A realidade local deu ao Plano aspectos peculiares, dada a sazonalidade da população. Por se tratar de uma cidade para onde se desloca grande quantidade de turistas, a população, nos períodos de férias, pode ser estimada como sendo duas vezes e meia a da residente. Trata-se, portanto, de um Plano onde as medidas propostas visam antever uma população local, considerados os excedentes populacionais registrados nos períodos de pico. Essa contingência determinou, inclusive, que o Plano se antecipasse ao surgimento de problemas gerados pela demanda turística trazida com a ligação asfáltica entre a cidade e a BR-101, fato também inédito em planejamento regional no Espírito Santo.

A iniciativa pretende evitar os inconvenientes de um crescimento desordenado, conservando as características fundamentais históricas e arquitetônicas de ocupação da cidade, preservando as áreas necessárias para manter o equilíbrio ecológico, organizando o espaço físico-territorial, formulando diretrizes gerais, definindo os projetos prioritários e estabelecendo uma estratégia político-administrativa para a consecução do Plano e do processo de Planejamento da cidade.

O Plano criou uma legislação específica aplicada à realidade local, estabelecendo zonas especiais de urbanização, além de propor a criação de um Conselho de Desenvolvimento. Com isso, o incentivo ao turismo fica precedido de instrumentos técnicos que implantarão um processo de crescimento ordenado à cidade.

A REALIDADE LOCAL

A par das potencialidades turísticas de Conceição da Barra, o Município apresenta, historicamente, pouco vigor em seu crescimento econômico. Uma análise do quadro econômico leva a crer que a pesca e a industrialização tradicionais são atividades compatíveis com o Município. Ambas, entretanto, tem pouco efeito multiplicador para aumentar a formação interna de riquezas. A pesca, em vista da baixa remuneração que oferece ao fator trabalho. A industrialização tradicional serve no máximo para acelerar algumas potencialidades locais não dinâmicas.

Ainda mais, Conceição da Barra situa-se à razoável distância dos centros consumidores nacionais, fato que o coloca em posição de desvantagem perante outros municípios.

A base econômica tem se asentado predominantemente na cultura e na transformação da mandioca, insuficientes para colocar o Município em posição destacada dentro da organização espacial de atividades econômico-administrativas do Espírito Santo.

Juntamente com a mandioca, a exploração e o beneficiamento

da madeira exerceram no passado funções relevantes na conformação do crescimento relativo da área. Entretanto, o reflorestamento em grande escala e a consequente mudança na estrutura de propriedade da terra, com a substituição do minifúndio rural pelo latifúndio, determinaram a exaustão das florestas e a não apropriação local do capital gerado.

Por isso, a lavoura e a pecuária, em pequena escala, e o Turismo, potencialmente em escala relevante, são as atividades que melhor se adaptam às peculiaridades de Conceição da Barra.

Localizado a 250 quilômetros de Vitória e a 18 da Br-101, Conceição da Barra apresenta nítidas vantagens locais para o Turismo. Estrategicamente situado entre Vitória e Salvador, pode atrair turistas ou viajantes que se destinam a uma ou outra capital, para curta permanência, como turismo de trânsito ou de lazer.

Se a sede municipal for preservada contra a ocupação desordenada do solo e a descaracterização do seu ambiente singular de cidade pesqueira, pode vir a se tornar um dos grandes polos turísticos do Estado. Com uma praia de seis quilômetros de extensão, a cidade conserva-se ainda imune aos tradicionais efeitos maléficos da urbanização desenfreada. Muitas de suas construções modestas, típicas de uma colônia de pesca, conservam um aspecto rudimentar e agradável, denotando a ausência relativa da especulação imobiliária.

A melhoria da oferta turística, combinada ao intenso programa de promoção do Município, poderá surtir efeitos importantes, ampliando a participação desta atividade econômica na formação interna de capital e deslançando um processo relevante de desenvolvimento para o Município, cuja vocação é realmente o Turismo.

Estrutura urbana:

O incremento turístico à região irá, certamente, acarretar modificações na estrutura urbana de Conceição da Barra, visto que atualmente já começam a apare-

cer os primeiros sintomas, com o deslocamento das populações de baixa renda à periferia e a gradativa mudança na paisagem urbana. A atual estrutura urbana, diferente a maioria das cidades brasileiras, conserva aspectos peculiares e coerentes que lhe dão singularidade.

Peculiar porque sua atual distribuição populacional na área urbana é quase homogênea, enquanto a grande maioria das cidades brasileiras apresenta uma ocupação heterogênea, com baixa densidade demográfica e distribuição relativa no crescimento acelerado nos perímetros urbanos, sem que suas áreas internas sejam efetivamente ocupadas.

Coerente em relação à área que ocupa (zona urbanizada/perímetro urbano) e a população que abriga. Situada entre grandes porções de mangue e o mar, Conceição da Barra nasceu e se expandiu num bolsão de topografia plana que concentra, atualmente, quase toda a população habitante da área urbana. Adensou-se também, por estar comprimida, uma vez que sua área de expansão natural não vinha sendo liberada para novas urbanizações.

As taxas de crescimento, nas últimas décadas, indicam uma rápida urbanização. No período de 50/60 a taxa de crescimento foi de 7,0% a.a. e de 13,1% a.a., no período seguinte, 60/70, contra as taxas geométricas de crescimento rural, nos mesmos períodos, de 5,6% e 1,9% a.a., o que ratifica o processo de urbanização.

Esse processo resultou na concentração populacional em duas áreas urbanas. A sede do Município e seu núcleo periférico: Santana. Santana, equidistante do primeiro e separado por uma região de mangue, ao que tudo indica, recebe muitos migrantes, que tem o seu primeiro contato com o espaço urbano, num caráter temporário, sendo sua expectativa a mudança para outro centro maior. Santana é um núcleo histórico, antigo quilombo, que vem se expandindo rapidamente ao longo dos eixos que ligam Conceição da Barra a Itaúnas. Abriga uma população de renda

baixa, em consequência do fenômeno migratório. Só recentemente foi implantada naquela área rede de abastecimento de água e energia elétrica. A população residente tem seu mercado de trabalho em Conceição da Barra.

A atual distribuição da população — cerca de 6 mil habitantes — nas áreas urbanizadas apresenta uma densidade de 75 hab/ha. A densidade populacional dentro do perímetro urbano é de, aproximadamente, 8 hab/ha, o que demonstra, comparando-se com a densidade de áreas urbanizadas, quantidade razoável de áreas livres para expansão, sem que sejam necessárias mudanças no atual perímetro urbano.

Conceição da Barra, condensada em restrita área entre o rio São Mateus, São Domingos e o mar, desenvolveu a urbanização seguindo um traçado em forma de xadrez. As atividades se distribuíram aleatoriamente pelo espaço, intermeada pelas áreas residenciais.

O sítio onde se implantou a cidade apresenta uma topografia plana, estando sua área urbana cercada pelos rios São Mateus, Itaúnas e Santana, e cortada pelo rio São Domingos. Essas áreas formam grandes extensões de mangues e áreas inundáveis, o que constitui um fator de preocupação na preservação de faixas de proteção sanitária ao longo dos rios, como também na escolha de áreas adequadas para futura expansão urbana, onde haja urbanização econômica, de baixo custo, e que não comprometa o equilíbrio ecológico.

A estrutura viária é formada pelo sistema interurbano, que faz a ligação com a Br-101, e intraurbano, que atende a cidade. O acesso se faz pela rodovia estadual ES-421, de pavimentação asfáltica, com uma distância de 18 quilômetros da Br-101.

Partindo de Santana e cruzando a ES-421 está a estrada que faz ligação com a cidade de Itaúnas, que se situa a uma distância de, aproximadamente, 30 quilômetros.

Grande parte do fluxo de transporte interurbano penetra

no sistema intraurbano atravessando a cidade pela rua principal, diluindo-se então pela malha urbana.

A hierarquia das vias estabeleceu-se de forma espontânea através de alguns fatores, tais como: largura dos logradouros, incidência de tráfego, utilização e localização dos principais equipamentos urbanos, não existindo preferências ou ruas de mão-única.

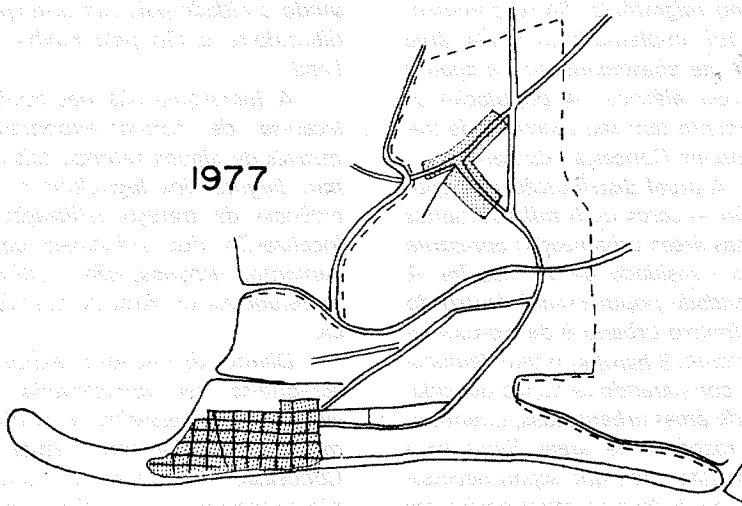
Diante do quadro exposto, acredita-se ter apresentado os elementos necessários à conformação da problemática atual de Conceição da Barra. O município se urbaniza. As favelas aumentam como causa da migração campo-cidade. A concentração atual de população é o resultado da compartimentação do sítio urbano, natureza do terreno e situação fundiária rural. A indústria é tradicional e o comércio está dimensionado para o atendimento da população residente, se organizando espacialmente de maneira aleatória. O incremento turístico deverá ocasionar problemas a estrutura atual, despreparada para o recebimento da população sazonal.

CONCEPÇÃO URBANÍSTICA

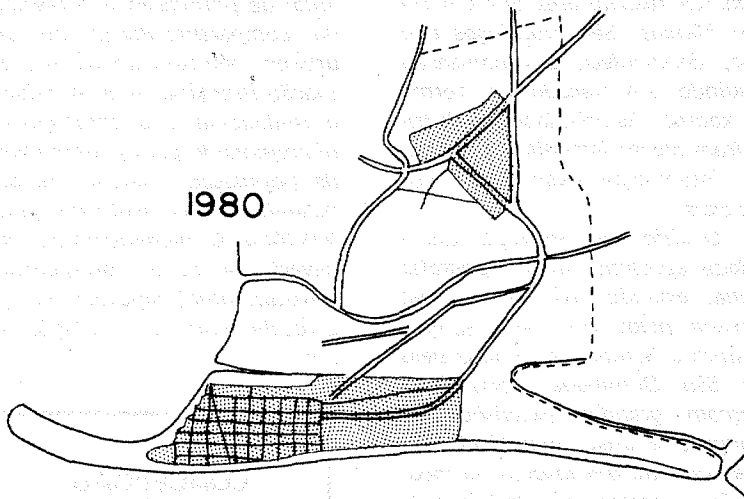
Considerando-se a função turística da cidade, acredita-se que o uso do solo deverá marcar a estrutura urbana atual. A demanda turística pode gerar uma ocupação desordenada, com a renovação de áreas centrais através da introdução de uma arquitetura exógena à cultura local. Poderá modificar as paisagens urbanas e natural, a história e a cultura locais, seus maiores atrativos.

Diante disso, a concepção do partido urbanístico teve como principais preocupações a preservação e valorização dos pontos cênicos e arquitetônicos; a conservação da configuração urbana atual (desenho urbano) e dos recursos naturais; a minimização dos

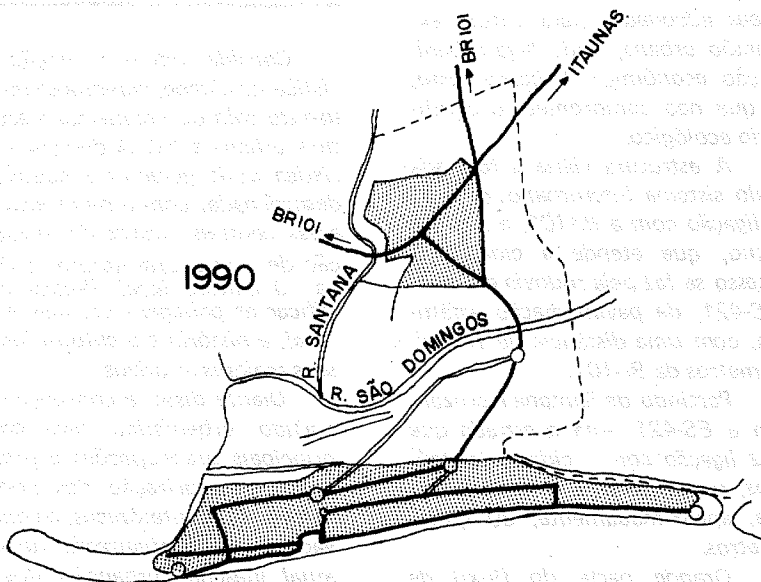
MANCHA URBANA NOS ANOS 1977/1980/1990



1977





1980



1990

A cidade de Conceição da Barra nasceu e cresceu num bolsão de topografia plana. A população urbana concentra-se em duas áreas: a sede e seu núcleo periférico, Santana. A expansão urbana traz implícito objetivo de se minimizar os custos de urbanização e de maximizar as funções urbanas. Procurou-se, através da definição de zonas de urbanização e das zonas de uso, criar estímulos à ordenação do crescimento territorial. Nesse sentido, a praia de Guaxindiba e o entorno do núcleo de Santana, além de apresentarem-se como continuação natural da malha urbana e com terrenos adequados à urbanização, possuem área suficiente para absorver o incremento populacional previsto até 1990.

REFERÊNCIAS:

-  MANCHA URBANA
-  ESTRUTURA VIÁRIA 1990

custos de urbanização e a maximização das funções urbanas; a promoção da expansão ordenada e o incremento de sua função turística.

Na concepção do plano urbanístico de Conceição da Barra entram alguns fatores e critérios que, pela sua natureza, transformam-se em geradores da nova estrutura urbana.

Assim sendo, a conveniência de um crescimento equilibrado e simultâneo dos diferentes usos urbanos, e com a finalidade de atingir uma proporção ótima dos mesmos, planteou a necessidade de se criarem algumas áreas que viessem a estruturar o espaço e obter-se, daí, um equilíbrio das funções urbanas.

Juntamente ao ponto focal, que Conceição da Barra possui atualmente, constituído pelo seu centro tradicional e um corredor de lazer, formado pela faixa praiana, mais dois foram estruturados. São os criados por uma zona comercial (entre a zona urbanizada atualmente e a Praia de Guaxindiba), e pela aglutinação dos equipamentos de recreação e turismo no entorno da ES-421 a norte da cidade.

Disso resulta um modelo trinodal, com três focos de animação ou seja: o centro tradicional, o centro de atividades e o centro de equipamentos turísticos, formando um alinhamento que, juntamente com a implantação de equipamentos de recreação ao longo da faixa praiana, dão como resultado uma estrutura equilibrada na distribuição das atividades no espaço urbano.

Portanto, ao invés de se ter um ponto disseminando seus benefícios, teríamos duas linhas se interagindo. Isso resulta num espaço mais homogêneo e numa área beneficiada mais ampla, já que cada ponto está sendo induzido em mais de uma linha de melhoramentos.

LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA: CONSOLIDAÇÃO DO PROPOSTO

Para que essas proposições fossem consolidadas, foram cria-

dos instrumentos legais ajustados à realidade local. A Câmara Municipal sancionou três leis: a que regula o zoneamento, ocupação e uso do solo, dentro do perímetro urbano da sede do Município, a que regula o parcelamento do solo dentro do perímetro urbano da sede do Município e a que cria o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Conceição da Barra — CODEBARRA. Ficou decidido, além desses aspectos legais, a definição de um sistema viário básico e de áreas verdes, fazendo-se recomendações quanto as obras prioritárias.

A lei que disciplina o zoneamento, ocupação e uso do solo, define zonas de urbanização e zonas de uso, estímulos necessários à ordenação do crescimento territorial e a manutenção das atuais taxas de utilização do solo, nas áreas já ocupadas ou a ocupar, procurando atingir um crescimento harmônico através da utilização do solo e das densidades demográficas satisfatórias.

Foram definidas três zonas de urbanização que atuarão como ordenadoras da expansão urbana. A função exercida por essas zonas visa a ocupação das áreas dentro do perímetro urbano. São elas as Zonas de Urbanização Prioritária, de Expansão da Urbanização e Diferidas.

A primeira delas, A Zona de Urbanização Prioritária (ZUP), tem como objetivo evitar o crescimento descontínuo da malha, composta por áreas já urbanizadas ou que deverão ser urbanizadas, tendo em vista o melhor aproveitamento dos serviços e equipamentos urbanos e a racionalização da aplicação de recursos públicos mediante adensamento orientado.

A segunda, Zona de Expansão da Urbanização (ZEU), são compostas por áreas destinadas a abrigar o crescimento ordenado da sede do Município, mas que só deverão receber a aplicação de recursos públicos, quando a ocupação da Zona de Urbanização Prio-

ritária (ZUP) houver atingido 70% do total de seus lotes.

A terceira, as Zonas de Urbanização Diferidas (ZUD), são áreas não incluídas em nenhuma classificação anterior, mas que objetivam a contenção da urbanização. Só podem ser urbanizadas a partir da alteração do Plano Diretor Urbano; de um Projeto de Urbanização, a juízo do CODEBARRA; ou se houver ocupado 70% do total dos lotes das zonas anteriores.

O Partido Urbanístico buscou, ainda, atingir melhor inter-relacionamento funcional, dimensionando e dotando as áreas urbanas de características condizentes com sua localização, permitindo, dessa forma, que as zonas de comércio e serviço possam atender a população, sem que suas unidades se diluam pelo espaço urbano.

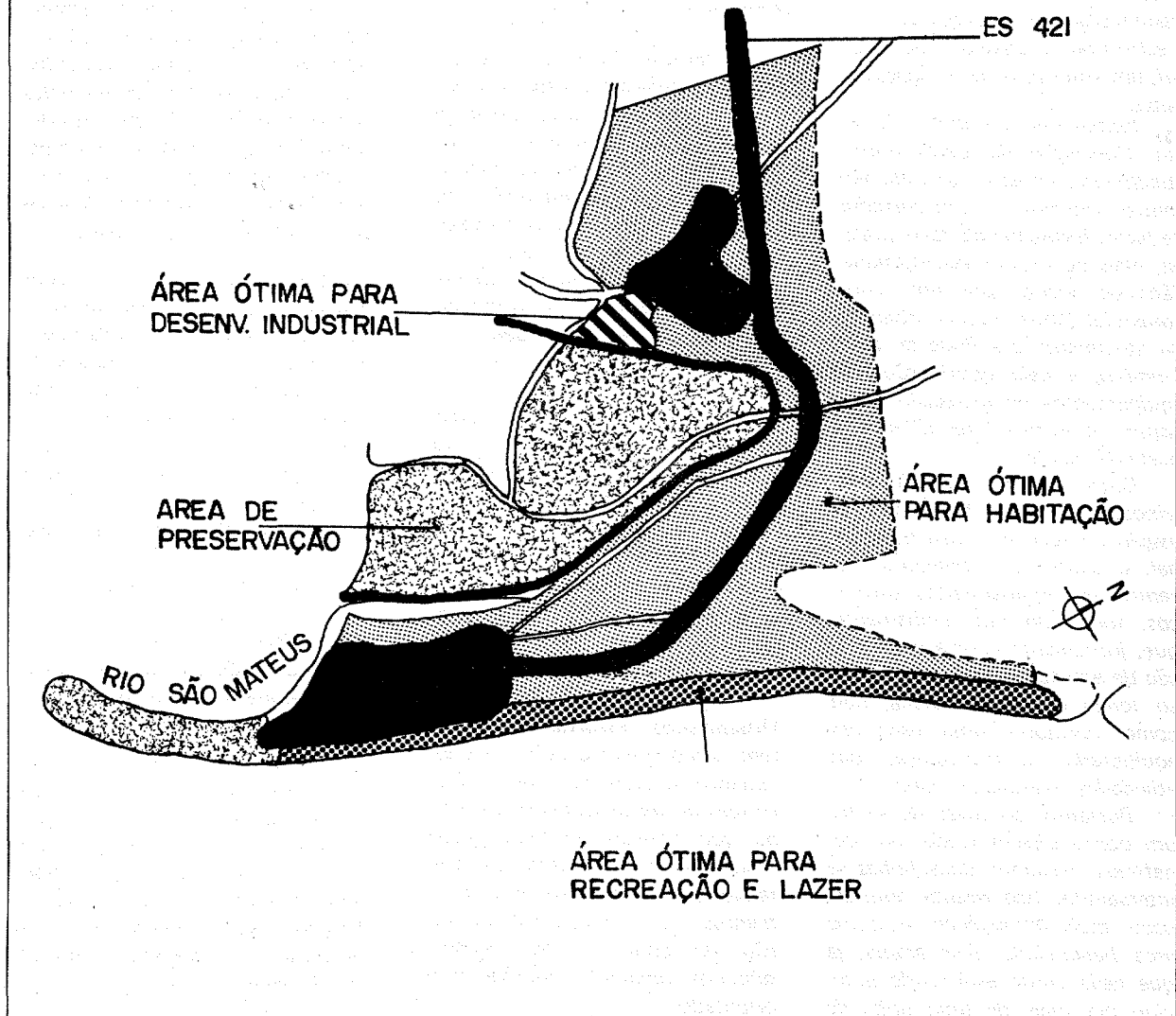
Considerando as atividades que são presentemente desenvolvidas, e que deverão ser implantadas num futuro próximo, o espaço da área urbana foi esquematizado nas seguintes zonas de uso:

- Zona Residencial 1 e 2 (ZR 1 e ZR2);
- Zona Comercial 1 e 2 (ZC 1 e ZC 2);
- Zona Industrial (ZI);
- Zona Portuária;
- Zona Turística;
- Zona de Uso Especial (ZE);
- Zona Hortigranjeira (ZH);

Essa medida visa estimular o uso adequado dos terrenos; regular o uso do terreno, edifícios e construções para habitação, comércio, indústria e outros; regular a área de construção, sua localização e sua ocupação nos lotes e evitar a dispersão e concentração excessiva.

Entre as zonas programadas, destaca-se a de Uso Especial (ZE), caracterizando-se pela preservação dos recursos naturais, especialmente os hídricos, de paisagem construída ou natural, ou à ordenação da ocupação por parte do poder público. Abrangem áreas consideradas de reserva natural

O zoneamento proposto foi baseado em estudo de vocação das áreas urbanas para os diversos usos, tais como habitação, lazer e industria. Observados o incremento populacional até o ano de 1990 e a demanda de áreas necessárias para expansão, foram propostas zonas de urbanização, objetivando as diversas etapas de crescimento da mancha, e as zonas de uso, com uma função de ordenar a distribuição de uso do solo.



e de proteção de cursos de água, nascentes, vales úmidos e secos e proteção ambiental entre zonas. Além disso, considera áreas de preservação de interesse histórico, artístico e cultural, e paisagístico. E, por último, tam-

bém considera áreas de reserva, que deverão ter seu uso regulado pelo poder público.

Parcelamento do Solo:

A lei que disciplina o parce-

lamento do solo, dentro do perímetro urbano da sede do Município de Conceição da Barra, permite que o parcelamento do solo urbano seja feito mediante loteamento e desmembramento, observadas disposições desta Lei. Con-

sidera loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação e logradouros públicos ou prolongamento, modificações ou ampliações das vias existentes.

De outro lado, considera desmembramento e subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, modificações ou ampliações dos já existentes.

O CODEBARRA

E, por último, a lei cria o Conselho de Desenvolvimento Urbano do Município de Conceição da Barra. Esse órgão de assessoramento do Prefeito Municipal deverá promover o processo de planejamento, para o desenvolvimento do Município, promover, apreciar e emitir parecer sobre estudos, planos e projetos que se relacionem com o Desenvolvimento Social do Município, bem como acompanhar a sua implantação e providenciar suas revisões necessárias; apreciar e emitir parecer sobre projetos de Lei e medidas administrativas de interesse do Município; emitir parecer sobre a programação física e financeira do Município referente a assuntos de seu peculiar interesse.

O CODEBARRA será composto pelo Prefeito Municipal, na qualidade de seu Presidente; um representante da Câmara Municipal; um representante do Centro de Tradições da cidade, um representante da EMCATUR; um representante da Fundação Jones dos Santos Neves.

Sistema Urbano de Espaços Verdes

Dentro da malha urbana, o conceito de espaços verdes tem passado por modificações significativas e profundas. Traduzindo inicialmente a necessidade higienizadora de uma vegetação abundante, correspondia à etapa de rápida densificação da população.

Mas, a vida urbana se complicou e aumentaram as atividades da população para vencer os problemas surgidos numa sociedade que cresce e se diversifica. Um involuntário enclausuramento, para enfrentar as novas condições de vida, acabou por criar o hábito do confinamento consciente e individualista.

Dessa forma, os espaços verdes passaram a significar a necessidade de outro tipo. A própria função saneadora da atmosfera das cidades foi superada por outra mais imediata e de amplo sentido social, decorrente da necessidade de se reunirem famílias e pessoas de origem e núcleos sociais diversos. Reuniões em torno de atividades capazes de criar de novo valores humanos e sociais perdidos pelo confinamento.

Conceição da Barra pode ser encarado como o espaço verde de outras cidades, se pensarmos nessas e em sua falta quase total de áreas verdes e de recreação. Num caráter mais restrito, isto é, ao nível da cidade de Conceição da Barra, a preocupação foi a conquista e a reserva futura de áreas no sentido de facilitar o acesso das populações residente e flutuante aos locais de recreação. A maior conquista foi dada, sem dúvidas, pelos habitantes da cidade que, ao conseguirem a mudança no traçado do acesso da chegada da ES-421, em Conceição da Barra, deram condições de se criar uma área de recreação na orla marítima.

Atualmente, a cidade encontra-se desprovida tanto de arborização como de áreas verdes públicas de recreação, fato que desestimula o surgimento de pontos de encontro para a população, bem como empobrece a paisagem urbana de Conceição da Barra.

Visando sanar essa deficiência é que dentro deste Plano foi desenvolvido o Projeto da Praia de Guaxindiba, que reservou maior número de áreas verdes e de lazer à cidade. Por sistema urbano de espaços verdes, entendeu-se o conjunto formado pelas áreas verdes de recreação (praças e parques), setores de proteção especial, setores de recreação comuni-

tária e, finalmente, o próprio sistema de arborização.

A área de expansão natural dentro do perímetro urbano, Guaxindiba.

Além disso, o plano faz diversas recomendações quanto ao sistema de iluminação pública, abastecimento de água, coleta de lixo e outros serviços com a finalidade de antepor-se ao incremento populacional.

CONCLUSÕES

O presente trabalho, ora apresentado, constitui a primeira experiência da Fundação Jones dos Santos Neves em Plano Diretor Urbano à municipalidade do interior. É uma tentativa de se promover um modelo de atividade desse porte, projetando-o para outras regiões municipais, segundo sua própria realidade.

Diante da vocação turística, como ficou demonstrado, surgiu a necessidade de um trabalho na área urbana de Conceição da Barra. Não só por isso, mas, principalmente, através de uma certa consciência urbana existente em Conceição da Barra, manifestada não só pela Prefeitura Municipal, mas também pela comunidade como um todo, conscientes dos inconvenientes de um crescimento desordenado, preocupados em preservar as características fundamentais de uma cidade, que através dos anos, é conhecida pelas suas tradições, pelo seu folclore, e pelas suas belezas naturais, e da vontade de se equiparem com um instrumento técnico de ordenamento urbano, resultou na execução deste "marco de referência" que se espera — consubstanciado à criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano — CODEBARRA — dê partida à implantação de um processo interativo entre a realidade urbana no seu todo e as interpretações e ideias dos técnicos que o elaboraram, assim como, os que vierem a desenvolvê-lo no futuro.

Inicia-se a partir deste plano um comprometimento do poder público municipal com a cidade e com a comunidade.

Keynes e outros clássicos: Uma visão geral

Ademir Gracelli *

*Uma confrontação entre as teorias Keynesiana e clássica,
explicada em função da meta de pleno emprego,
preconizada pelos clássicos e contestada por Lord Keynes.*

O Objetivo da Teoria Geral: Ao fim da Teoria Geral Keynes define a finalidade desta grande obra. Para muitos, incluindo alguns grandes economistas aos quais falta a larga visão que qualquer pesquisador operacional recomendaria, Keynes escreveu a Teoria Geral a fim de mostrar onde os clássicos estavam errados. No entanto, o próprio Keynes não afirmou isto no último capítulo intitulado: "Notas Conclusivas Sobre a Filosofia Social Para a Qual a Teoria Geral Possa Conduzir".

Talvez estas notas conclusivas tenham inspirado Sidney S. Alexander a escrever "Mr. Keynes e Mr. Marx", um artigo de larga visão, que se encontra em Leituras na História da Teoria Econômica de Ingrid H. Rima. Antes de ler este artigo, costumava pensar que o trabalho de Marx seria como um machado, a cortar as raízes do sistema capitalista e o trabalho de Keynes seria uma mão providencial tentando corrigir a forma geral do sistema capitalista, cortando as ramificações mortas (deflação ou depressão), colocando as raízes em diferentes lugares (mudando de poupança para consumo) e fixando o tronco ascendente (apelando para a redistribuição de renda).

Keynes revolta-se contra a teoria clássica, porque ela é incapaz de satisfazer os objetivos sociais como desejados por uma

grande percentagem da sociedade como o pleno emprego. A Teoria Geral de Keynes vem a ser a tentativa mais inteligente de alcançar este objetivo: Keynes tenta convencer os donos, os proprietários, os empresários e o estado de que eles podem ser mais ricos se eles mudarem o curso do sistema: Enquanto Marx tenta convencer a massa, Keynes, tentando salvar a liberdade eo individualismo, emprega esta abordagem diferente.

Acontece que para mostrar isto, Keynes teve de desenvolver uma análise econômica completa tratando certos mecanismos técnicos como a taxa de juros, introduzindo de uma forma nova a função de consumo e mostrando que por trás de muitas decisões que seriam capazes de trazer a economia ao pleno emprego há a preferência pela liquidez que reviraria muitas das idéias clássicas de cabeça para baixo.

A DISSIDÊNCIA ENTRE KEYNES E OS CLÁSSICOS: O PLENO EMPREGO

A Teoria Econômica desenvolvida pelos clássicos se assentava numa suposição básica: o pleno emprego. O equilíbrio econômico era aceito com base nesta suposição, de forma que o subemprego era explicado como um desequilíbrio da economia.

Keynes negaria esta posição dizendo que o pleno emprego não é senão uma das muitas condições do equilíbrio econômico. Rejeitando a hipótese do pleno emprego e trabalhando uma teoria dentro do equilíbrio do subemprego, Keynes reverte várias políticas para as quais a teoria clássica levaria.

A figura 1, tendo W como unidade de salário no eixo vertical e N como nível de emprego no eixo horizontal, mostra a curva de oferta agregada como função diretamente dependente do nível de emprego: o aumento de uma unidade em N (Nível de emprego) traz um aumento de uma unidade correspondente em Z (função de oferta agregada). N_0 é o ponto de equilíbrio deste modelo, ou seja, de acordo com a teoria de Keynes, o ponto de procura efetiva, em que os empresários maximizarão seus lucros esperados. Neste ponto haveria equilíbrio que não seria necessariamente o equilíbrio do pleno emprego:

Antes deste ponto, isto é, enquanto $D > Z$ (a demanda agregada for maior que a oferta agregada) os empresários aumentarão o nível de emprego, como também competirão pelo seu uso, aumentando o salário. Quando $Z > D$, isto é, a partir de N_0 , haverá deficiência da procura, devido ao que Keynes chamaria de propensão a consumir; com novos empregos e maior produção, a ren-

*Professor da Universidade Federal do Espírito Santo

da também aumentaria, mas este aumento na renda não seria todo revertido de novo o ciclo de produção, de forma que os empresários passariam a produzir mais do que a comunidade estaria disposta a gastar.

A LEI DE SAY — Para atacar a hipótese do pleno emprego Keynes ataca a base da teoria clássica: A Lei de Say — "A oferta cria sua própria demanda". De acordo com Say, cada comprador é ele mesmo um vendedor, desde que a oferta agregada de todos os bens e serviços deve igualar a demanda agregada de todos os bens e serviços. A Lei de Say é uma afirmação geral de equilíbrio da economia em que a escola clássica se fundamentava. Não haveria superprodução sob esta lei e o pleno emprego seria uma consequência evidente. "Assim, a lei de Say, que o preço agregado de demanda do produto como um todo é igual ao seu preço agre-

gado de oferta é equivalente à proposição de que não há obstáculo ao pleno emprego". (p. 26, *The General Theory*).

Keynes afirma que em última análise a Lei de Say implicaria num sistema com um número infinito de soluções com a demanda igualando a oferta em diferentes níveis de emprego.

A FUNÇÃO DE CONSUMO

A figura 2 (dois) representaria esta situação:

Keynes introduz o que se chama a função de consumo e divide o fluxo nominal numa parte que flui para os bens de consumo e uma parte que é reservada para os bens de investimento. Para Keynes a parte que flui para os bens de consumo é injetada de volta no sistema e é diretamente uma função da renda e consequentemente do emprego: $D_1 = f(N)$.

A diferença entre a função de oferta e a função de demanda dos bens de consumo deve ser a função de demanda de investimento, o que não é especificamente uma função de emprego.

$$Z - D_1 = D_2$$

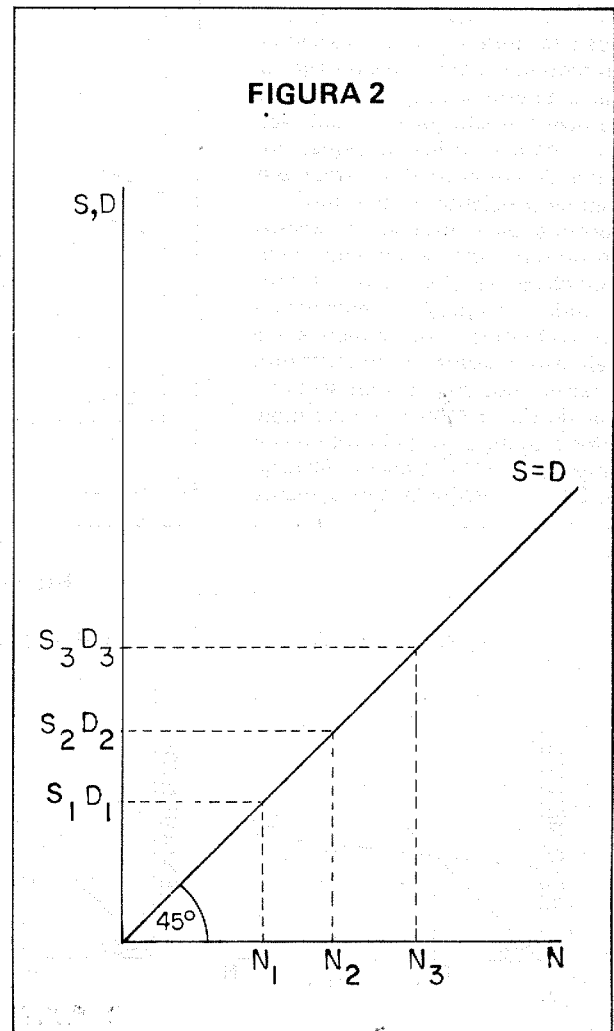
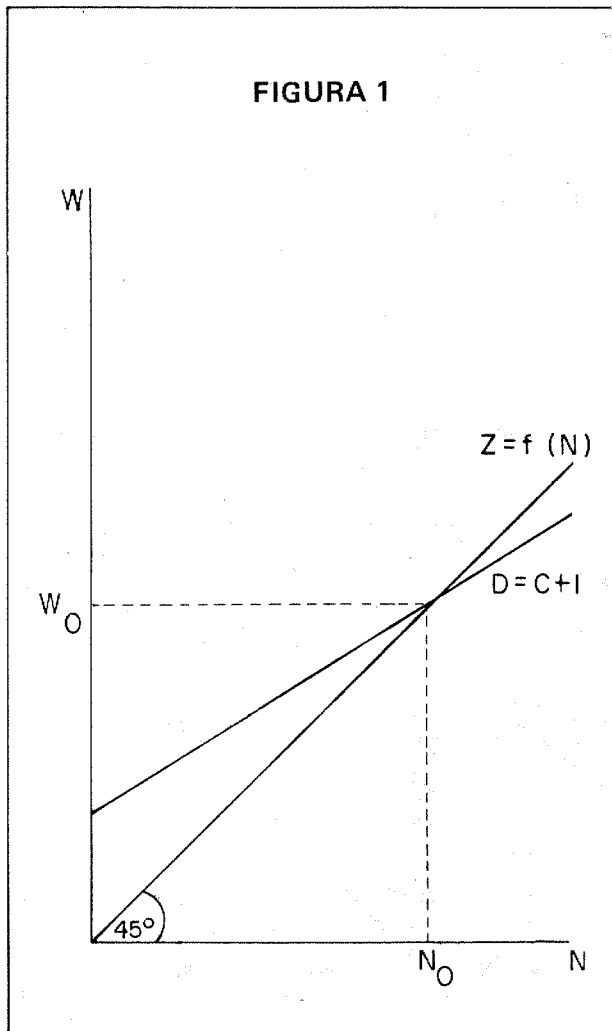
Ele faz:

$$Z = X(N)$$

$$D_1 = F(N)$$

$$X(N) - F(N) = D_2$$

Dadas $X(N)$ e $F(N)$, será possível determinar que valor D_2 deverá assumir para se obter $D = Z$, a demanda agregada igual à oferta agregada. Esta igualdade não significaria um estado de pleno emprego, mas antes um estado de equilíbrio que pode também ser subemprego.



A figura (três) ilustra esta situação. N_0 é o nível de emprego em que a demanda agregada intersecta a oferta agregada. A demanda agregada neste ponto é chamada de demanda efetiva por Keynes, porque se constitui do fluxo nominal que atualmente se dirige ao mercado de oferta de bens, e serviços de consumo (C) e do fluxo nominal que atualmente se dirige ao mercado de oferta de capital (I_0), o qual é, geralmente, chamado de investimento realizado. E_0 é então, considerado por Keynes como um ponto de equilíbrio, estando a economia no nível de subemprego. N_1 representa estado de pleno emprego, que é determinado quando todo o fluxo nominal é efetivamente usado de forma que I_0 (nível de investimento) é elevado a I_1 e a função agregada de demanda intersecta a função agregada de oferta ao nível do pleno emprego.

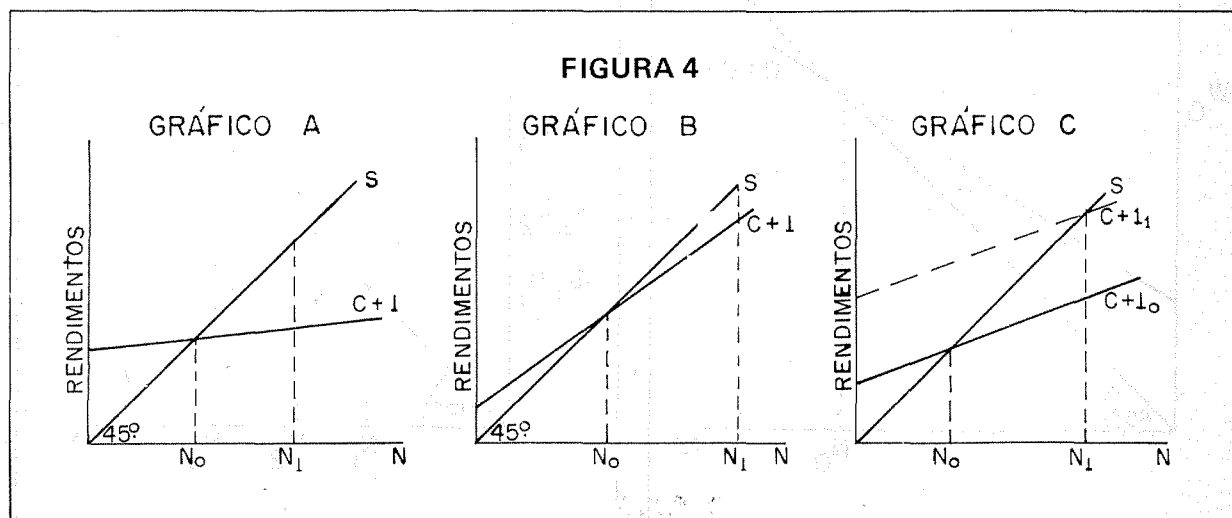
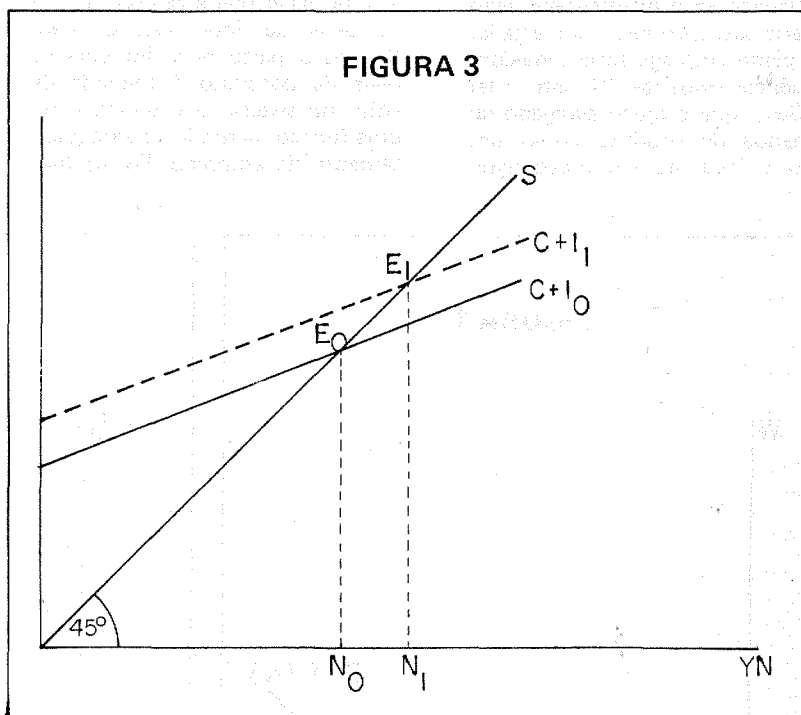
O nível de equilíbrio de emprego é concebido por Keynes como uma situação quando os empresários não pretendem nem expandir ou diminuir o nível de emprego. O que é determinado por um volume de investimento corrente, uma vez que "para justificar qualquer volume de emprego deve haver um volume suficiente de investimento corrente para absorver o excesso do produto total sobre o que a comunidade escolhe para assumir quando o emprego se encontra a um dado nível. Pois, a menos que haja este volume de investimento e receita dos empresários será menor do que é requerido para induzilos a oferecer o dado volume de emprego". (The General Theory, p. 27). A possibilidade de somente

um nível de equilíbrio, assim demonstrado por Keynes, e não infinitamente várias soluções derriba a Lei de Say de que a oferta cria a sua própria procura.

A figura 4 (quatro) é uma tentativa para ilustrar o raciocínio de Keynes sobre o nível de equilíbrio de emprego e a brecha que é mais aumentada depois dele pelo aumento do emprego, representando a perda dos empresários. O gráfico A mostra uma baixa propensão marginal a consumir (ΔC), de ΔY

forma que quando o nível de emprego é aumentado de N_0 para N_1 , a brecha entre a oferta e

procura é relativamente grande e assim o é a perda dos empresários. O gráfico B mostra uma alta propensão marginal a consumir e assim a brecha entre a oferta e a procura com a elevação do nível de emprego fica sendo menor e assim a perda dos empresários é menor. O gráfico C mostrando uma propensão a consumir relativamente baixa mostra que a brecha entre a oferta e a procura será também grande pelo aumento de emprego, mas esta brecha é preenchida por I_1 , o investimento suficiente para recuperar a perda dos empresários ou para formar um novo equilíbrio entre a oferta e a procura.



A figura 5 ilustra como a propensão marginal a consumir relaciona o consumo à renda: $C=f(y)$

A inclinação da curva de consumo é determinada pela propensão marginal a consumir.

Segundo a tendência comum a sua teoria geral, i. e., dando maior ênfase ao papel do consumo do que à poupança, Keynes deixou claro que acreditava que sua propensão marginal a consumir substituiria a propensão a poupar dos clássicos, como realmente o fez no pensamento geral da Economia. O campo de influência da propensão a consumir vai além de uma relação de incremento do consumo para o incremento da renda como afirma Keynes: "todo enfraquecimento na propensão a consumir olhado como um hábito permanente deve enfraquecer a demanda de capital como também a demanda de bens de consumo". (The General Theory, p. 106).

Como uma nota final sobre a propensão marginal a consumir, Keynes relaciona esta função à expansão causada pelos investimentos explicados pelo efeito do multiplicador, o qual em sua forma mais simples se deriva da equação de renda e investimento:

$$\frac{dy}{dl} = \frac{1}{1-b}$$

Onde: $b = \frac{\Delta C}{\Delta Y}$ ou a propensão

marginal a consumir.

Assim, uma alta propensão marginal a consumir resultaria num maior multiplicador de renda, significando que seria requerido relativamente menos investimento para se obter certo incremento de renda.

Keynes considera que o pleno emprego vem a ser um caso especial onde ocorre uma relação ótima entre a propensão a consumir e a indução a investir. (The General Theory, p. 28).

A propensão marginal a consumir tem um papel especial na análise que Keynes faz da Lei de Say—Keynes algebricamente definiu a propensão marginal a consumir como um incremento no consumo devido a um incremento

na renda ($\frac{\Delta C}{\Delta Y}$). Se a propensão

marginal, a consumir da comunidade for igual a um, toda a produção seria paga pelo consumo, de forma que não haveria nenhuma razão por não se elevar o nível de emprego até o pleno emprego. No entanto, este caso é excluído por Keynes: "A lei psicológica fundamental, sobre a qual nós estamos intitulados a depender grande confiança ambos a priori do nosso conhecimento da natureza humana e dos detalhados fatos de experiência, é que os homens estão dispostos, como uma regra na média, a aumentar seu consumo assim que sua renda aumenta, mas não pelo tanto do aumento em sua renda". (The General Theory, p. 96). Assim, a propensão marginal a consumir pode assumir qualquer valor de zero a um:

$$0 \leq \frac{C}{Y} \leq 1$$

A Taxa de Juros e Investimentos

De acordo com o ponto de vista dos clássicos, havia uma taxa de juros a qual o investimento igualaria a Poupança e haveria o pleno emprego. Negando a suposição clássica do pleno emprego, Keynes também invalidou qualquer outra taxa de juros natural. A função dada pelos clássicos à taxa de juros de subir ou baixar como um mecanismo de ajuste para trazer ao equilíbrio a poupança e o investimento não pode continuar como tal dada a tabela de preferência pela liquidez introduzida por Keynes.

De acordo com Keynes, além do motivo de transação e do motivo de precaução para se reter o dinheiro, há ainda um outro motivo, a demanda especulativa de dinheiro, a qual Keynes apresenta como uma função da taxa de juros.

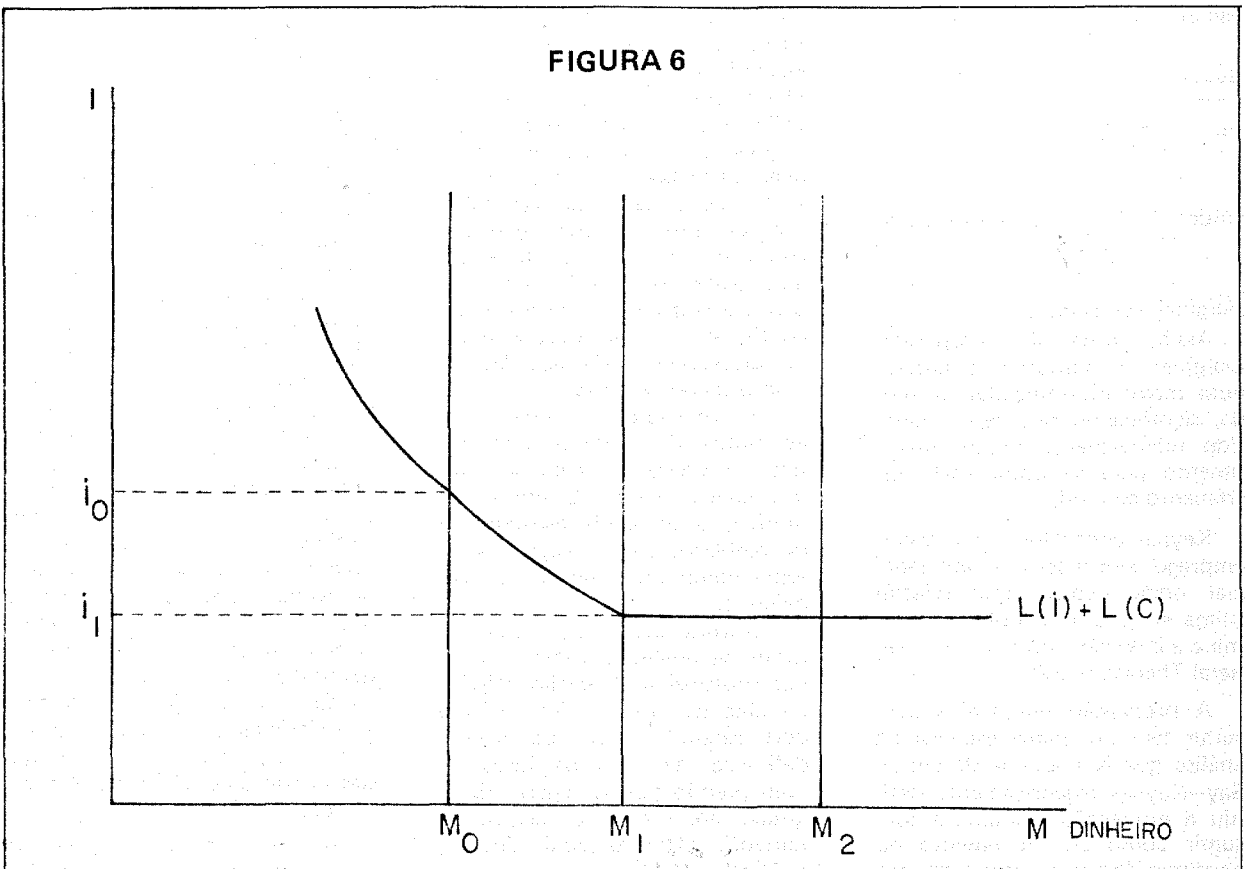
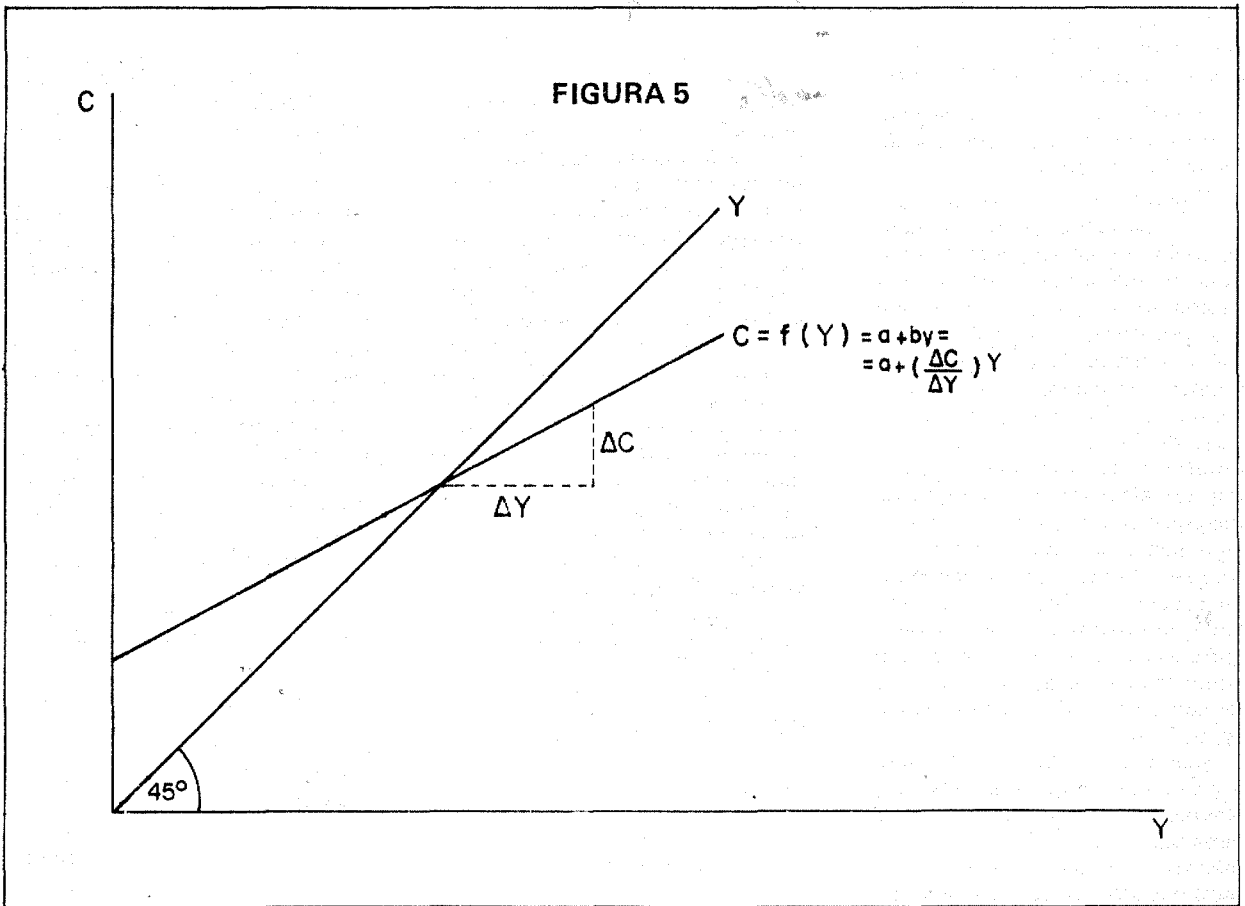
Introduzindo esta nova variável na análise econômica Keynes substituiu a definição clássica da taxa de juros — "um prêmio pela espera" — pela sua própria definição de taxa de juros: — "um prêmio por se separar da liquidez por um certo período de tempo". (The General Theory, p. 161).

Keynes, ao introduzir a tabela de preferência pela liquidez, traz à análise econômica uma abordagem diferente daquela dos clássicos na determinação da taxa de juros.

Os clássicos acreditavam que dado um nível de renda, a taxa de juros seria determinada pela intersecção da tabela de demanda de investimento e da tabela de poupança. A crítica de Keynes a esta posição é a seguinte: "As variáveis independentes da teoria clássica da taxa de juros são a curva de demanda de capital e a influência da taxa de juros na quantia que foi poupada de uma dada renda; e quando a curva de demanda de capital se desloca, a nova taxa de juros, de acordo com esta teoria, é dada pelo ponto de intersecção entre a nova curva de demanda de capital e a curva que relaciona a taxa de juros à quantia que será poupada da referida renda. A teoria clássica da taxa de juros parece supor que, se a curva de demanda de capital se desloca, ou se a curva relacionando a taxa de juros à quantia poupada de uma renda se desloca ou se ambas estas curvas se deslocam, a nova taxa de juros será dada pelo ponto de intersecção da nova posição das duas curvas. Mas isto é uma teoria desprovida do menor senso. Pois, a suposição de que a renda é constante é inconsistente com a suposição de que estas duas curvas se deslocam independentemente uma da outra. Se ambas se deslocam, então, em geral, a renda mudará; com o resultado de que cai todo o esquema na suposição de uma renda dada". (The General Theory, p. 179).

Keynes diria que a teoria clássica incorreu num erro formal tentando definir a taxa de juros desta forma. Ele, então, oferece uma análise diferente a fim de determinar a taxa de juros. Keynes explica que a determinação da taxa de juros pode ser obtida pelo ponto de intersecção da função da quantidade de dinheiro e da tabela de preferência pela liquidez: "a quantidade de dinheiro é o outro fator, o qual, juntamente com a preferência pela liquidez, determina a taxa atual de juros em dadas circunstâncias". (The General Theory, p. 180).

A análise de Keynes, no entanto, não teve sucesso em prover



uma estrutura completa para determinar a taxa de juros. Hansen diria mais tarde que a crítica que Keynes fez aos clássicos em relação à taxa de juros se aplica à própria teoria Keynesiana. "Agora exatamente a mesma crítica se aplica à teoria Keynesiana em sua forma mais simples. De acordo com a teoria de Keynes, a taxa de juros é determinada pela intersecção da tabela de oferta de dinheiro e da tabela de demanda de dinheiro. Esta análise também é indeterminada porque a tabela de preferência pela liquidez se deslocará para cima ou para baixo com mudança no nível de renda".¹

Mais tarde, o grande economista Hicks, empregaria a abordagem clássica combinada com a abordagem Keynesiana para determinar simultaneamente a taxa de juros e o nível de renda, o que é hoje em dia chamado de técnica IS-LM.

Em geral, a posição de Keynes com respeito à taxa de juros é diametricamente oposta da dos clássicos. Considerando os efeitos que a taxa de juros poderia ter na poupança, Keynes afirmaria o oposto do que os clássicos supunham. Em vez de aumentar a poupança, um aumento da taxa de juros mais provavelmente faria descer o nível de poupança, desde que tal aumento levaria a menor investimento e este menor investimento geraria menos renda, e uma vez que a poupança é uma função da renda, como um resultado final, o aumento na taxa de juros viria trazer um decréscimo no total poupado. (The General Theory, p. 93).

Para Keynes a relação entre a tabela da eficácia marginal de capital e a taxa de juros viria a aumentar ou diminuir o nível de investimento, uma vez que a realização de projetos seria possível dada uma favorável relação destas funções.

Obstáculo ao Pleno Emprego: — Salários—

Os clássicos acreditavam que uma redução nos salários traria a economia ao nível do pleno emprego no caso em que houvesse qualquer desequilíbrio na economia.

A análise de Keynes sobre a possibilidade da diminuição do sa-

lário nominal levar a economia ao pleno emprego, se resume no seguinte: Primeiramente ele argumenta que se isto é válido para uma firma o é também para toda a indústria. Questiona, depois, se os clássicos estão tratando de salário real ou salário nominal. Para Keynes, a "ilusão monetária" seria favorável aos trabalhadores que se mostrariam provavelmente mais dispostos a aceitar uma redução no salário real com um aumento no nível de preços do que uma redução no salário nominal.

Keynes compara a política de salário flexível para manter o pleno emprego com aquela do aumento da oferta de dinheiro: "Não existe, portanto, nenhum fundamento para a crença de que uma política flexível de salário é capaz de manter um estado de contínuo pleno emprego; — como não há menor fundamento para a idéia de que uma política monetária de mercado aberto é capaz, sem auxílio externo, de alcançar este resultado. O sistema econômico não pode se tornar auto ajustador dentro destas linhas". (The General Theory, p. 261).

Isto constitui um ataque direto à teoria de auto ajustamento do Professor Pigou. Esta teoria era pela política da redução do salário, enquanto Keynes preferiria a política de despesa governamental. Para Keynes, a redução dos salários não afetaria o nível de emprego a menos que a propensão marginal a consumir da comunidade fosse igual a um, ou então a tabela de eficácia marginal de capital em resposta à redução nos salários venha a aumentar relativamente em relação à taxa de juros de uma forma que traga o investimento a preencher a brecha existente entre a oferta e a procura.

A ARMADILHA DE LIQUIDEZ

A armadilha de liquidez é o que os economistas acharam para denominar a situação apresentada por Keynes com relação ao ponto em que a taxa de juros não poderia ser baixada mais, porque à tal taxa de juros o povo seguraria devido ao motivo especulativo, todo o dinheiro que eles viessem a ter em mãos. Keynes considera

que, por certa taxa de juros, o povo seguraria o dinheiro na expectativa de que as autoridades monetárias aumentariam depois. A preferência pela liquidez pode tornar-se "virtualmente absoluta no sentido de quase todo mundo preferir a liquidez a ser credor de uma dívida que rende tão baixos juros". (The General Theory, p. 207).

A figura 6 tenta ilustrar esta situação. A taxa de juros i_0 , haveria um equilíbrio pela intersecção da oferta e da procura pelo dinheiro. Quando a taxa de juros passa a i_1 devido ao deslocamento para a direita da quantidade de dinheiro ofertada de M_0 para M_1 , a tabela de preferência pela liquidez passa a ser perfeitamente elástica, de forma que a taxa de juros não pode baixar além deste ponto.

Se a quantidade de dinheiro pudesse ser aumentada de M_1 para M_2 pelas autoridades monetárias para que o desejado investimento igualasse a desejada poupança e assim proporcionando o pleno emprego, o dinheiro ofertado seria absorvido pela demanda especulativa do povo conservando a liquidez, de forma que a tabela de demanda de investimento estaria numa relação não favorável com respeito à taxa de juros.

Em suma, a armadilha de liquidez constitui um obstáculo ao pleno emprego, que se torna evidente da posição de Keynes de que o dinheiro é também uma função da taxa de juros, enquanto os clássicos afirmando que o dinheiro é inelástico à taxa de juros, não percebiam este obstáculo. Assim, enquanto os clássicos faziam a taxa de juros uma função dos valores reais (IS), Keynes a considerava determinada por valores monetários (LM).

SUMÁRIO

1. O mundo dos clássicos era muito claro e idealmente bonito, tendo todos os principais fenômenos econômicos explicados em termos da lei de oferta e demanda, e apresentando o mecanismo de preço como um fator de ajustamento para qualquer mercado. Desta forma, o mercado monetário poderia ser levado ao equilíbrio através deste mecanismo de

¹ Hansen. A Guide to Keynes. p. 140.

preço. Dentro desta visão, a lei de Say de que a oferta cria a sua própria procura tinha o seu lugar e assim o tinha a idéia da Mão Invisível de Adam Smith. Em linhas gerais, a economia estaria em equilíbrio se houvesse pleno emprego e o desequilíbrio no mercado de trabalho era explicado pela diferença entre a oferta e a procura, de forma que para se atingir o pleno emprego seria necessário diminuir os salários de forma que o preço do produto pudesse favorecer a sua venda e, com o aumento das vendas, mais gente pudesse ser empregada.

Keynes se mostrou contrário à Lei de Say. Ele estabelece o reverso da Lei de Say, isto é, que a demanda cria a oferta. Introduce a função de consumo, mostrando que o incremento da renda é acompanhado por um incremento do consumo, mas por uma quantidade menor, uma vez que a relação entre consumo e renda se faz através da propensão marginal a consumir que está entre zero e um. Desta forma, a idéia clássica de reduzir o salário para se obter o pleno emprego não pode ser sustentada mais, uma vez que a demanda agregada não igualaria a oferta agregada. De acordo com Keynes, o número de empregos só pode aumentar com o aumento do investimento. Enquanto os clássicos acreditavam que o pleno emprego correspondia ao nível de equilíbrio econômico, Keynes diz que o pleno emprego não é senão um dos muitos níveis de equilíbrio na economia. O equilíbrio seria conseguido, de acordo com Keynes, no ponto em que a demanda agregada intersectasse a oferta agregada.

2. A taxa de juros funcionaria, de acordo com clássicos, para trazer a poupança e o investimento ao nível de equilíbrio, e haveria uma taxa de juros natural que corresponderia ao nível de pleno emprego. Os clássicos acreditavam que a taxa de juros poderia funcionar independentemente da variação de renda para trazer a economia ao pleno emprego: Se os salários fossem reduzidos, permanecendo constante a oferta total de dinheiro. Haveria menor quantidade de dinheiro para fins de transação, restando desta forma maior quantidade de dinheiro que se destinaria aos bens de capital, trazendo assim, a taxa de juros a um nível mais baixo e assim au-

mentando o investimento e a renda.

Keynes introduz a tabela da preferência pela liquidez composta da demanda de dinheiro pelos motivos transaccional, precaucionário e especulativo; o último não tendo sido considerado pelos clássicos. Esta tabela de preferência pela liquidez desfaz o fácil papel que fora dado à taxa de juros pelos clássicos, ou seja, o de trazer a poupança, e o investimento ao equilíbrio. A redução dos salários com o objetivo de trazer a economia ao pleno emprego através do aumento da demanda de bens de capital, diminuindo a taxa de juros e assim elevando o nível de investimentos não tem sucesso para Keynes. Pelo que os economistas chamam de armadilha de liquidez, Keynes demonstrou que a taxa de juros não diminuiria mais além do ponto onde o povo procuraria segurar o dinheiro por razões especulativas, de forma que eles não investiriam seu dinheiro no momento, na expectativa de melhores retornos para futurar inversões.

Os clássicos tentaram definir a taxa de juros usando o investimento e a poupança como seus determinantes e conservando constante a renda. Keynes nega esta posição e diz que a mudança de uma destas funções implicaria numa mudança da própria renda, de forma que a taxa de juros estaria indeterminada pelos clássicos. No entanto, o modelo de Keynes também não toma em consideração mudanças na renda e tenta determinar a taxa de juros apenas no mercado monetário, desde que para ele o dinheiro é elástico à taxa de juros. Em sua abordagem, Keynes emprega a tabela de preferência pela liquidez e a quantidade de dinheiro ofertada, sendo a taxa de juros determinada pela intersecção destas duas funções. Além de considerar o dinheiro elástico à taxa de juros em oposição aos clássicos, Keynes também considerou o dinheiro como tendo valor em si mesmo, enquanto os clássicos lhe conferiam apenas o valor de troca. Finalmente, para Keynes a taxa de juros, passava a ser, um prêmio pela não retenção do dinheiro.

3. Implicações para Formulação de Política Econômica.

A primeira implicação derivada da análise de Keynes é que o ajustamento automático do meca-

nismo de competição não é suficiente por si próprio para servir a alguns objetivos como o pleno emprego e a estabilidade de preços como proposto pelos clássicos, ou previsto pelo estado de "laissez-faire". Keynes propõe que um trabalho seja feito pelo setor governamental em acordo com o setor privado, ou qualquer outro objetivo econômico.

A teoria de emprego dos clássicos implicaria numa política de diminuição do salário e uma política monetária fácil para se obter o pleno emprego. Keynes argumenta contra a efetividade da política monetária. Keynes recomendaria como uma boa política econômica para se obter pleno emprego a ação do governo que promovesse a despesa pública usando o dinheiro levantado através de financiamento de déficit.

Em geral, há grandes pontos de contraste entre a teoria clássica e a teoria de Keynes. No entanto, a teoria de Keynes superou a análise econômica de variáveis importantes que adicionadas ao trabalho dos clássicos favorecem o entendimento e explicação do comportamento dos sistemas econômicos. O desenvolvimento destas variáveis vem da descoberta que Keynes fez do importante papel que a expectativa individual exerce no contexto geral da economia.

Finalmente, o principal objetivo de Keynes ao escrever "The General Theory" como escrito no último capítulo desta obra parece que foi alcançado. Muitos sistemas capitalistas hoje em dia estão incorporando em suas máquinas de operação o nível de socialização que Keynes tinha preconizado e recomendado.

REFERÊNCIAS

- 1 — Ackley, Gardner. *Macroeconomia Theory*. MacMillan, New York, 1964.
- 2 — Hansen, Alvin H. *A Guide to Keynes*. McGraw-Hill Book Company, New York, 1953.
- 3 — Johnson, Dudley S. *Macroeconomia*. Wiley/Hamilton, New York, 1976.
- 4 — Keynes, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Harcourt/Brace and Company, New York.
- 5 — Rima, Ingrid H. *Readings in the History of Economic Theory*. Holt, New York, 1966.

A sociedade multi-dimensional:

KEER, Clark. *A Sociedade multi-dimensional; Marshall, Marx e os tempos modernos*. Trad. Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 119 p. *

Stélio Dias**

A História possui seus sistemas e os indivíduos que os produzem. Os homens fizeram a história a partir de suas idéias, de seus diálogos e de seus debates.

A História tem sua grandeza quando existe um fato, várias dimensões e confronto destas na busca da verdade. É aí que ela constrói o edifício de idéias e tem, no seu passado, ingrediente de referência e, no presente, uma visão prospectiva rumo a novas construções teóricas e fundamentais à escada do pensamento evolutivo.

A História, no sentido dialético, constrói não algumas "verdades" mas várias "verdades" e como ciência tem, no conflito e na polêmica, sua dimensão mais dinâmica. A verdade histórica tem sua vertente, na maioria dos casos inquestionáveis, nos cortes temporais e espaciais e tem sua dinâmica na esteira da relação causa e efeito.

A análise de Keer acerca de Marshall como o Papa do novo liberalismo Econômico e de Marx como matriz do novo radicalismo político, deve ser entendida dentro deste quadro de dinâmica de acontecimento. Marshall colocado como o alpinista que levou o liberalismo até seu ponto culminante, além da lei da natureza do utilitarismo de Smith, Bentham e até mesmo de John Stuart Mill. Marx, que pragmaticamente ultrapassa os utópicos e socialistas cristãos "pulando" Saint Simon, Owen e Kingsley. É possível que Keer tenha razão ao atribuir a Marshall e Marx idéias formuladas a partir de um capitalismo de um século atrás. Desde então muita coisa ocorreu.

Como a história tratou e vem tratando as idéias de Marshall e Marx é uma pergunta factível à ela própria e aos historiadores e uma indagação que o próprio Keer deixa explícito, afirmando

que é muito difícil falar das "idéias" destes dois pensadores. Cada qual escreveu muita coisa durante um período muito longo e as duas correntes só fluíram com um contatô muito periférico. Por outro lado, Marshall viveu em 1842 a 1924 e Marx de 1818 a 1883, sendo assim a análise levou em conta que Marshall teve vantagem de uma geração a mais de experiência histórica do capitalismo.

A análise de Keer mostra que embora Marshall, considerado e tido como um economista da classe média, com todas suas formulações feitas para sua sustentação, a realidade era outra porque sua preocupação maior era com a classe trabalhadora e se aproximava de Marx, quando ele, Marshall, preconizava a abolição de todas as classes de maneira um tanto quanto vitoriana: "O progresso — como dizia Marshall — continuaria até que a distinção oficial entre um trabalhador e um cavaleiro houvesse desaparecido" ou "até que todo o homem fosse um cavaleiro".

Se a ambos a esperança de uma sociedade sem classe era um ponto de convergência no futuro do capitalismo estavam suas divergências. Se para Marx o capitalismo, com suas contradições, deveria ruir, para Marshall o desequilíbrio deste mesmo capitalismo era eventual e seus benefícios eram provavelmente maiores do que os males que seus eventuais desequilíbrios poderiam causar. Os sacrifícios e as recompensas praticamente se equilibravam.

Para Keer, tanto Marx como Marshall temiam os interesses de grupos: Marx, porque eles poderiam atravessar-se no caminho da consciência de classe média em sua marcha para a revolução; Marshall porque eles interferiam

com o mercado que marchava para o bem-estar. Marx temia e ignorava muito os grupos de interesses. Marshall também temia, mas os examinava com cuidado. Os dois se teriam surpreendido. Marx porque a classe não dominou o grupo no processo histórico e Marshall porque o mercado não se mostrou mais eficaz em certas situações.

Alguma dose de análise não faltou a este excelente estudo acadêmico de Keer, quando apresenta o mundo de hoje como intermediário daquele que viram Marshall e Marx para as sociedades capitalistas avançadas. A exaustão das correntes do liberalismo e socialismo que ajudaram a moldar o atual status quo aparece neste estudo como necessidade porque fatos novos estão a demandar novas compreensões e receitas. No entanto, perguntas devem ser formuladas para saber se a fábrica perde ou perderá sua importância para a oficina, para o escritório, para as salas de aula e para o centro de pesquisa e as novas classes serão a de prestação de serviços, de empregados de escritórios, de burocratas técnicos e intelectuais, com cada qual estabelecendo seu próprio instrumental e seus objetivos. Se as classes deixam de existir de todo ou se mudam apenas de função na estrutura econômica.

Keer vaticina que uma contradição básica continuará a existir entre o indivíduo altamente educado e independente, desejoso de maior identidade para a sua vida em comparação com a existência necessária de organizações cada vez maiores e o inevitável desenvolvimento de uma tecnologia potencialmente mais dominadora. O indivíduo então seria parte escravo e parte livre. Para Keer, o importante é a proporção. A Sociedade Multi-Dimensional é uma obra para ser lida e debatida.

* Original: "Marshall, Marx and Modern Times"

** Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e Diretor Superintendente da Fundação Jones dos Santos Neves.

Os caminhos da consolidação

Nos primeiros dias de janeiro de 1978 surgia a Revista da Fundação Jones dos Santos Neves. Aos poucos foi caminhando para sua consolidação, sempre objetivando constituir-se num veículo de permanente divulgação de experiências em torno dos problemas da comunidade capixaba. Hoje ela passa a pertencer a mesma comunidade que a apoiou neste ano.

A Revista da Fundação Jones dos Santos Neves surgiu da necessidade de se fazer um periódico trimestral, de caráter técnico-científico, para colocar em debate os vários problemas que afligem a comunidade capixaba. Uma tentativa de analisar com minúcia peculiar o tratamento científico da realidade.

Seu lançamento ocorria nos primeiros dias de janeiro do corrente ano. Procurando refletir os próprios objetivos da Fundação Jones dos Santos Neves, a Revista partia, então, para um esquema dialético de atuação, isto é, observados os problemas, debate-los e propor novas medidas para sua solução.

No primeiro número, entre os assuntos abordados, destacam-se a industrialização no Espírito Santo, um fator de desautonomia relativa; a criação do Centro de Animação de Carapina, o resumo do livro "Nasce um Povo" e as homenagens a Claudio

Bueno Rocha, o idealizador desse periódico.

O segundo número, produzido e impresso nas dependências da Fundação Jones dos Santos Neves, teve um "ar caseiro", quase artesanal. Perseguindo seus objetivos iniciais, formou-se um conteúdo editorial capaz de obter a efetiva participação comunitária à execução de planos governamentais. A programação constou de um levantamento sócio-econômico dos bairros Santa Rita de Cassia e Alecrim, no município de Vila Velha; o planejamento numa ótica filosófica, o modelo de Stanford Rose visto numa ótica local e a Regionalização, uma proposta de organização territorial para o Estado.

E os terceiro e quarto números deram ênfase a sua consolidação. O terceiro apresentando em pauta o desenvolvimento dos aglomerados urbanos, a localização e uso do solo, o artesanato em discussão, a inflação e suas

raízes locais, além da problemática de transportes na Grande Vitória. Já o quarto número traz uma nova postura para a Administração, uma abordagem à teoria de Keynes, os primeiros passos da implantação da energia elétrica em nosso Estado, a influência dos "mass média" no comportamento urbano e a elaboração de um plano diretor para Conceição da Barra.

Um novo ano aguarda a Revista. Ano em que certamente ela contribuirá para dar uma base mais ampla ao planejamento. Uma base calcada num processo interativo entre comunidade e as experiências em torno da problemática regional. Participação que depende essencialmente do apoio que ela receber da comunidade, pois a Fundação Jones dos Santos Neves acredita num periódico somente como resultado do processo sistêmico de participação que se propôs implantar nos primeiros dias de janeiro do corrente ano.

da Fundação Jones dos Santos Neves:

Uma filosofia, entre outros elementos, pressupõe uma autonomia de organização que a detém. Pressupõe uma linha de conduta coerente, uma adesão ao conhecimento formulado e uma postura epistemológica, além de exigir alguns fatores relativos à história da organização.

Os objetivos da Fundação já foram determinados através dos seus estatutos. É uma entidade de Governo que, como tal, está subordinada à uma política pré-estabelecida e aos condicionantes conjunturais dessa política e do subsistema administrativo.

Isso afasta a instituição do *academicismo* e a leva mais para uma concepção de *Centro de Estudos Aplicados*.

Tal Centro realizará trabalhos dentro de algumas condições pré-estabelecidas, e dentro de outras que serão criadas a partir do seu próprio desempenho.

Primeiro, realizará estudos voltados para o estabelecimento de políticas governamentais explícitas no campo de Desenvolvimento Urbano e Regional. Segundo, desenvolverá projetos que tenham compromisso direto com a comunidade e suas aspirações. Por último, realizará trabalhos emergenciais, numa linha ativa mais imediata.

Dentro desse quadro, é relevante a definição e o apreendimento de uma linha de trabalho, procurando-se uma *coerência* à luz dessa linha. Essa linha seria uma filosofia de trabalho e a organização teria que ter, então, esta filosofia.

Numa filosofia de trabalho, observamos os seguintes fatores:

a) *universalidade* — todos os estudos devem procurar o vir a ser, onde todos os aspectos de um problema devem vir à luz em debate amplo. As conclusões devem ser *alternativas*, para serem coerentes com o espírito científico da dúvida e para a descaracterização do órgão da qualidade de *super-estrutura* ou *super-órgão*, evitando deteriorá-lo pelo exercício de funções alheias à sua essência;

b) *unidade* — todas as partes de um planejamento devem estar reunidas num só conjunto integrado. O pensamento do trabalho deve caracterizar o pensamento da instituição como um todo, e não o de um indivíduo ou uma aspiração técnica isolada;

c) *objetividade* — todo o estudo deve se desenvolver sem perder de vista, o escopo que lhe deu margem;

d) *economia de meios* — não duplicação de meios para fins idênticos;

e) *coordenação* — cooperação entre os que participam;

f) *disciplina intelectual* — fidelidade ao propósito co-empresendido;

g) *flexibilidade* — condução de forma a assegurar a mobilidade necessária para atender as eventuais contingências.

Como se tentar assegurar isto? Uma fórmula metodológica aceitável (não uniforme para todos os estudos), seria:

- a) formulação do problema;
- b) construção das hipóteses;

- c) desenvolvimento da pesquisa e/ou estudo;
- d) revisão das hipóteses (se necessário);
- e) conclusão; e,
- f) recomendações alternativas.

Atendendo a que:

a) todo o estudo é sistemático — isto é, um corpo e um processo estruturados;

b) todo o estudo é lógico — isto é, a logicidade deve procurar uma validade interna, para conseguir uma validade externa;

c) todo o estudo é reducionista — dados colecionados reduzem, *a priori*, a uma confusão de eventos e objetos individuais para melhor se entender as categorias e conceitos. Esses processos de redução lenta, transforma a realidade para uma abstração ou estado conceitual a fim de entender melhor as relações ou eventos. Dentro da linha filosófica que a parte é maior do que o todo;

d) todo o estudo é questionável;

e) todo estudo é transmissível;

f) todo estudo tem, obrigatoriamente, um caráter sistêmico.

Assumimos que alguns princípios podem balizar os trabalhos. Entre outros estão, fundamentalmente:

1) *Envolvimento* — os trabalhos, estudos e pesquisas devem sofrer um processo gradual de participação de todas as atividades e grupos organizados;

2) *Deve-se evitar a publicidade e a propaganda*. O produto deve ser a essência da divulgação;

3) *Relacionamento dentro de uma metodologia tipo comunidade de base*;

4) *O caráter emergencial não deve deixar de envolver o trabalho de equipe*;

5) *A metodologia do trabalho: antes de iniciado, o mesmo deve ter o seu escopo discutido e debatido, sendo a metodologia aprovada a nível de todo o grupo.*

É desejo da Fundação Jones dos Santos Neves embutir, dentro dessa filosofia de trabalho, o que a organização pensa e incorpora à sua personalidade.

Consideramos que a instituição deve procurar a inovação acima da repetição, voltada para o desenvolvimento do Espírito Santo;

Consideramos que a instituição deve ser um núcleo de formação de recursos humanos especializados sobre os assuntos referentes ao Espírito Santo. Para tanto, importante é que a atuação seja caracterizada por contratos de serviços especializados com pessoas físicas, e não com pessoas jurídicas. Isto implicará, junto com a prestação de serviços, uma incorporação de *know how* necessário à própria instituição e enriquecimento dos recursos humanos disponíveis no Estado;

Consideramos, finalmente, que a instituição deve criar uma consciência de que Planejamento é processo, fazendo crer que esta função não tem qualquer idéia de futurologia, e sim, com a futuridade das presentes decisões. O problema aí, assume uma nova dimensão, qual seja: não perguntar o que o planejador deve fazer amanhã mas sim, o que ele deve fazer hoje para a incerteza do amanhã.